



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 456 - DE 09 A 23 DE JUNHO DE 2013 - R\$ 3,00

**Fim da repressão e opressão contra os índios Terenas.
Entrega imediata das terras. Por um Tribunal Popular para
apurar o assassinato do índio Oziel Gabriel e punir os culpados.
Direito à autodeterminação dos povos indígenas!!**



Balanço dos Congressos da UNE e ANEL



**Abaixo a repressão policial aos protestos
contra o aumento das passagens!
Erguer as bandeiras de defesa da vida das
massas: salário mínimo vital reajustado
automaticamente (escala móvel)!
Estatizar sem indenização a rede de
transporte público e colocá-la sob controle dos
trabalhadores e da população!
Passe livre para estudantes e desempregados!**

**Realizado o 1º congresso do POR-Chile
Pelo fortalecimento do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária - Questão indígena volta a se projetar nacionalmente

Pela entrega das terras aos Terenas!

Pela autodeterminação das nacionalidades índias!

A desocupação da fazenda Buriti, em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, e o assassinato do índio Oziel Grabriel pela força policial conjugada, federal e estadual, trouxe à tona a questão indígena. Está por trás do violento acontecimento a falência do projeto de demarcação de terras.

O Brasil é um dos países em que a colonização resultou em dizimação dos povos originários. Mas os colonizadores e a burguesia que se formou não foram até o fim com sua obra. Os remanescentes de várias etnias conservam parte de seu passado e sobrevivem no sistema capitalista como nacionalidades oprimidas.

Evidentemente, o Estado reconhece tão-somente que se trata de um estorvo do passado colonial do País. Mesmo que não passem de uma ultraminoria em uma população de pouco mais de 195 milhões, os indígenas compõem como um grande problema. Expulsos de seus antigos habitat e confinados em pequenas áreas, vivem à míngua. Não puderam ser totalmente integrados como força de trabalho no processo de exploração capitalista, principalmente nas selvas amazônicas. De maneira que resistiram à completa dissolução e continuam espalhados em vários pontos do território. No Norte e Nordeste, estão as maiores populações indígenas.

No Centro-Oeste, a situação recrudescceu com o avanço da penetração das relações capitalistas de produção. Os conflitos não mais se limitaram à prepotência dos empreendimentos extrativistas, das mineradoras e das madeireiras. A expansão da agropecuária se tornou mais um perigo para a existência dos povos indígenas. A tendência das forças produtivas capitalistas ir em potencializando onde pouco se explorava e onde predominavam formas pré-capitalistas de produção se chocou e se choca com a presença dos indígenas. Os interesses dos capitalistas agrários são incompatíveis com a defesa que os índios fazem da terra.

Um exemplo claríssimo desse processo foi o que se passou em 2008 com a demarcação do território dos Ianomâmis na Amazônia. Grandes fazendeiros voltados ao plantio do arroz e outros produtos tomaram conta das terras estatais por décadas e ameaçaram resistir à demarcação. Apesar do Supremo Tribunal Federal (STF), sob pressão interna e externa, ter admitido a demarcação – com ressalvas –, os fazendeiros entraram com um embargo declaratório, que tornou a decisão final pendente. Isso quando o Estado indenizou as feitorias, desconsiderando o quanto os exploradores haviam acumulado de riqueza se utilizando de terras públicas, que de fato correspondiam ao território dos Ianomâmis.

No Mato Grosso do Sul, os agropecuaristas estão em pé de guerra contra a luta dos guaranis-caiowás e terenas. O choque com os terenas na fazenda Buriti se deu sob absurda condição legal. As terras já foram reconhecidas como território ocupado pelos seus ancestrais. Falta apenas o governo federal homologá-la. Não o fez em função das pressões políticas e judiciais dos fazendeiros.

O poder público arrasta por mais de uma década a entrega de 17,2 mil hectares contabilizados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Os terenas passaram a desconfiar das intenções do governo de Dilma Rousseff, que colocou em andamento a pretensão dos latifundiários e do agronegócio de mudar os critérios de homologação e demarcação. Em 2009, a Comissão de Constituição

e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ) aprovou uma Emenda Constitucional que transfere para o Congresso a palavra final sobre a demarcação. A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, agora, retomou o pleito e objetiva realizar a mudança.

Segundo os partidos, parlamentares e juristas vinculados aos interesses do agronegócio, a FUNAI têm poderes exorbitantes e é influenciada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Por outro lado, a decisão final não pode ser a do presidente da República. Haveria, portanto, que modificar a norma constitucional. Evidentemente, deslocar o poder de decisão para o Congresso é a maneira dos latifundiários terem mais um instrumento a seu favor. A ministra Gleisi Hoffmann assumiu essa causa, sob o argumento de que todas as partes envolvidas devem decidir.

Os indígenas realizaram uma manifestação no Palácio do Planalto. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, dançou com os manifestantes e prometeu defender que a homologação continue com a Presidência. O fato é que a senhora Gleisi agiliza o trâmite da Emenda Constitucional. Está aí por que os terenas passaram à ofensiva ocupando fazendas no município de Sidrolândia, que representam um confisco de suas terras ancestrais.

A Justiça é um instrumento dos latifundiários, especialmente os Tribunais regionais. O Juiz da 1ª Vara Federal de Campo Grande não aguardou o recurso da FUNAI que logo mais iria ser decidido pelo Tribunal Regional da 3ª Região. Deu ordem de despejo, sabendo perfeitamente que as terras do Buriti já haviam sido reconhecidas, faltando apenas que Dilma Rousseff as homologasse (a presidente tinha à sua mesa essa tarefa desde o início de seu mandato).

Os fazendeiros querem que o Tesouro Nacional os indenize não somente quanto às benfeitorias, mas também quanto às terras. Terras que foram griladas e que já lhes renderam uma fortuna.

Dilma diz que lamenta a morte do índio Oziel Gabriel. O que poderia dizer a hipócrita petista? No final, prevalecerá a impunidade. O matador pode muito bem ter sido contratado pelos latifundiários entre os policiais para fazer o serviço. Não se pode tomar esse assassinato como uma casualidade em um conflito imprevisível. Os governos, federal e estadual, são inteiramente responsáveis, bem como o Juiz que ordenou a desocupação.

Trata-se de um acontecimento que expressa a opressão nacional sofrida pelos povos indígenas.

Os terenas voltaram a ocupar fazendas no Buriti e Dilma Rousseff, agora, se movimenta para que tudo seja negociado. O governo federal já admite pagar a indenização, o que seria uma vitória dos latifundiários.

Desgraçadamente, os sindicatos e centrais sindicais são dirigidos por uma burocracia incapaz e desinteressada a enfrentar a opressão capitalista. ***Há que se apoiar a luta dos Terenas com as bandeiras de expulsão dos latifundiários das terras indígenas, nada de indenizar os grileiros, entrega do território indígena e autodeterminação dos povos originários.***

É preciso pôr em pé o partido operário revolucionário, cujo programa responda a todas as tarefas democráticas do capitalismo semicolonial e que a burguesia não cumpriu e não mais cumprirá.

Indígenas em posição de luta

Constituir um Tribunal Popular! Que se cumpra imediatamente a Constituição!

É visível para as etnias que a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, está encarregada de levar adiante uma mudança no processo de demarcação de terras. O movimento “Marcha dos Povos da Terra” a responsabiliza pela postergação da homologação das terras em Buriti e pela suspensão do encaminhamento da demarcação no Paraná que beneficiaria os índios caingangues. A senhora Gleisi Hoffmann se prepara para ser candidata a governadora desse estado. Certamente, os fazendeiros e o agronegócio lhe são gratos por breçar a entrega do território caingangue.

A rapidez como a Justiça Federal de Campo Grande deu causa aos fazendeiros-grileiros e como a Polícia Federal e a Polícia Militar do Estado do Mato Grosso prontamente formaram um batalhão de choque contra os terenas alertou as inúmeras etnias para o retrocesso que está sendo articulado pelo governo de Dilma Rousseff (Gleisi é apenas sua ministra).

A ministra da Casa Civil, assim que houve o assassinato do índio terena, correu a se reunir com a CNBB, contando que os bispos conservadores segurassem o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e assim o governo evitasse uma ação coordenada em todo o País. Mas a ofensiva de Gleisi, apoiada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), pela bancada ruralista e pelos latifundiários, é a de retirar o poder da FUNAI, sobre a qual a Igreja tem ascendência.

Desde a intervenção da Companhia de Jesus na colonização, os indígenas passaram para a “proteção da Igreja”. Esse legado persiste na atualidade sob a noção de que as etnias restantes – o Censo estima 238 etnias, sendo que 45 vivem em território compartilhado – devem ser integradas por meio da delimitação territorial. A Constituição de 1988 consagrou essa tese. Mas nenhum governo a cumpriu integralmente. Ao contrário, todos violam a Constituição ao arrastar por 25 anos as demarcações. Do total de áreas a serem atribuídas (1044), apenas 44 foram homologadas, 361 estão registradas, 58 declaradas, 37 identificadas, 154 em processo de identificação, 339 ainda por se tomar alguma providência e 40 reservadas/dominiais, 5 com restrição e 6 GT no Mato Grosso do Sul. (dados do CIMI de 2002)

Esse quadro comprova que não se fez quase nada para se cumprir a Constituição. Há mais uma flagrante violação constitucional. O território, uma vez reconhecido pela FUNAI e pelo Ministério da Justiça, deve em 5 anos ser homologado pelo governo. O Estado (executivo, legislativo e judiciário) simplesmente desconheceu a exigência, por ele mesmo criada. Como se vê, trata-se de um caso concreto que comprova que a Constituição serve apenas à classe capitalista, à proteção da propriedade privada. O caso dos terenas é típico, há 11 anos a área foi identificada e reconhecida, sem que o governo a homologasse.

Ocorre que a situação agrária mudou sensivelmente desde 1988. A agroindústria, o agronegócio e a penetração do capital internacional na economia agrária tornaram incompatíveis as

demarcações, ainda que perfaçam apenas 13% do território nacional. Dada a extensão do Brasil, representam áreas do tamanho de alguns países. Nota-se que o artigo 231 da Constituição foi concebido para ficar no papel.

As condições de existência dos índios são violentas e volta e meia recrudescem os conflitos com os exploradores, que com seus capangas não pestanejam em matar para garantir seus negócios.

Não é de menor importância, certamente, a pressão internacional do imperialismo em torno da preservação ambiental. A intervenção de ONGs e missionários são os canais por onde se materializam as pressões no seio das comunidades indígenas. Esse fato tem sido usado pelos grandes proprietários que se apropriaram de terras públicas – reivindicadas pelos indígenas – como uma ingerência que compromete os interesses nacionais.

A burguesia, por meio de seus partidos, chegou à conclusão de que não vai cumprir o prometido na Constituição e quer mudá-la. O governo do PT vem refletindo tal exigência. Provavelmente, o objetivo final da investida, que é a de tirar o poder da FUNAI, desembocará na mudança do critério de terra indígena e adoção do critério de reserva indígena. É no centro desse conflito de interesses capitalistas que os indígenas vêem suas aspirações serem liquidadas.

Com a ausência da classe operária organizada no campo da independência de classe e sem a presença de um poderoso partido revolucionário, impõe-se o isolamento dos povos originários. A Igreja e ONGs acabarão negociando com o governo burguês uma via que favoreça o avanço da agroindústria.

A luta indígena contra a opressão burguesa não se limita à conquista de parte do território perdido. Coloca também o seu direito à autodeterminação. Sem se unir estas duas tarefas democráticas, não há como enfrentar o domínio burguês.

Nas discussões acirradas sobre a homologação do território Ianomâmi, evidenciou-se a contestação dos militares sobre os perigos à soberania, o que levou o governo Lula a reforçar o Decreto 4.412 de Fernando H. Cardoso, que garante legalmente sua intervenção em áreas indígenas. Como se vê, a questão da terra é muito mais ampla que a reivindicação indígena. Envolve milhões de camponeses. Não por acaso ainda permanece viva a bandeira de “reforma agrária”.

Entendemos que não haverá uma real solução da questão indígena desvinculada da questão camponesa. São partes de um mesmo problema, embora com particularidades distintas (nacionalidade e classe social). A burguesia tinha e tem historicamente em suas mãos a solução democrática da concentração agrária e da integração dos povos indígenas. Não pôde e não pode resolvê-las, nas condições de país capitalista atrasado, dominado internamente pelas multinacionais e controlado externamente pelas potências imperialistas. **Há, evidentemente, uma interdependência entre a questão indígena, camponesa e a nacional (independência diante do imperialismo).**

Somente o proletariado, unido aos camponeses e aos povos indígenas, poderá arrancar as terras das mãos dos latifundiários, da agroindústria e do capital financeiro e colocá-las em função do desenvolvimento social harmônico. *É possível, sob um governo revolucionário, operário e camponês, garantir a autodeterminação dos povos indígenas, se assim o desejarem, sem romper a unidade do País.*

Não são as demarcações de terra que trazem perigo à soberania do Brasil, mas sim a submissão econômica às multinacionais e ao capital financeiro. O fundo do conflito indígena não se encontra nesse terreno - embora o veneno antinacional dos missionários estrangeiros e das ONGs tenha sido inoculado, mas sim no dos interesses do agronegócio e dos latifundiários.

Os acontecimentos colocam à luz do dia não apenas as intenções reacionárias da burguesia, mas também o programa do proletariado, que, como dissemos, não ganha projeção devido à ausência de uma direção revolucionária e à desorganização do proletariado como classe independente.

Não há dúvida que se trata de defender a aplicação da

Constituição de 1988, como ponto de partida para avançar o combate pelo direito à autodeterminação dos povos indígenas. A confiança dos índios em que a burguesia e seus governos iriam cumprir a Constituição, ainda que vagarosamente, agora se desfaz. A estratégia da CNBB/CIMI de fazer da FUNAI um braço de sua política indigenista chegou a ter importância - tanto no governo de Fernando H. Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva -, no entanto, tudo indica que o agronegócio está perto de reduzi-la. A Igreja é parte do Estado e não irá confrontar o capital financeiro e o agroindustrial.

É preciso derrotar a ofensiva de Dilma/Gleise, da bancada ruralista, da Federação Nacional da Agricultura e Agropecuária, da agroindústria, do agronegócio e dos latifundiários. Que a "Marcha dos Povos da Terra" seja consequente, que convoque a classe operária, os camponeses e a juventude a ganharem as ruas, que exija um posicionamento da CUT, UNE, outras centrais e sindicatos pela constituição de um **Tribunal Popular** para apurar os crimes dos exploradores contra os explorados. Que se cumpra imediatamente a Constituição!

Ataque dos latifundiários

Nem bem o corpo do índio Oziel havia sido sepultado, seu primo, Josiel Gabriel Alves, foi alvejado pelas costas. Socorrido, corre risco de paralisia. A informação é de que, de uma camionete prata, os matadores atiraram traiçoeiramente. A fazenda São Sebastião, onde o atentado ocorreu, faz parte das terras dos terenas.

As autoridades dizem não saber quem atirou e prometeu investigação. É sabido que nada acontece com os latifundiários que contratam pistoleiros para fazer o serviço sujo. A impunidade dos crimes da burguesia é sacramentada pelo Estado, seus governos e justiça.

Intervenção federal a serviço dos latifundiários

A presidenta Dilma Rousseff (PT) decidiu enviar a Força Nacional de Segurança para a área conflagrada. Os índios Terenas reocuparam as terras, a juíza Raquel do Amaral expediu nova ordem de desocupação e o Movimento dos Sem Terra e o Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária resolveram sair em apoio aos indígenas.

Não nos impressiona o quanto a justiça está a serviço do rico Ricardo Bacha (grileiro da fazenda Buriti), porque sabemos que expressa a grande propriedade capitalista e o poder das oligarquias regionais. A juíza determinou que se em 48 horas o governo federal e estadual não cumprir o mandato de reintegração de posse passarão a arcar com uma multa diária de R\$ 1 milhão. Um poder do Estado multa outro poder do Estado.

Os juízes ganharam um poder ilimitado de emitir multas contra os sindicatos, movimentos sociais e lideranças, que podem fazer o mesmo com o governo federal. É bizarro, mas assim funciona o Estado de Direito, "democrático", criado para substituir a ditadura militar.

O PT, quando ainda não era governo, tinha em seu programa "democratizar o Estado", afastar a velha oligarquia do comando e governar a serviço da maioria da população. Fez exatamente o contrário. Lula criou a Força Nacional de Segurança, um braço policial do presidente para intervir contra as

greves (Jirau, Santo Antônio, Belo Monte) e agora contra a ocupação indígena.

A movimentação da justiça, da polícia e dos governos serve não somente para devolver a fazenda Buriti ao grileiro, mas também para quebrar a reivindicação geral dos povos indígenas de demarcação de terras.

Somente um movimento unido da maioria dos explorados e oprimidos pode se contrapor ao brutal ataque burguês ao direito dos índios recuperarem seus territórios.

Fora a Força Nacional de Dilma! Fora a Polícia Federal e a PM! Fora os gananciosos latifundiários grileiros! Pela entrega das terras aos Terenas! Pelo direito de autodeterminação das nações indígenas!

Dilma e Kátia Abreu

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) emitiu nota denunciando que o governo de Dilma Rousseff de ouvir os "ruralistas" (nome usado para substituir o conceito de latifundiários, usam também o eufemismo "produtores rurais"), mas não os indígenas. Assim, estaria sendo parcial.

De fato, Fernando H. Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva posaram para fotos com chefes de comunidades índias e promoveram demarcações. Mas nem por isso deixaram de ser parciais, tanto é que se avançou em apenas alguns centímetros na aplicação da lei constitucional. A parcialidade é de classe. O que se pode dizer é que Dilma, agora, está empenhada em eliminar a prescrição constitucional. Lembremos que Lula foi um pai para o agronegócio. Dilma vai mais adiante, como mãe. Pôde, assim, se amasiar politicamente com a latifundiária Kátia Abreu, cujo partido a que pertence, o PSD de Gilberto Kassab, passou a integrar a base governista.

As ilusões que os setores reformistas ou paternalistas poderiam ter no PT, em Lula e agora em Dilma já não têm como ser sustentadas. Está mais do que claro que o PT não apenas se integrou à ordem capitalista, como se integrou na oligarquia burguesa, que vem tentando parecer moderna e modernizante. Fenômeno político-social que comprova a nossa tese (ver

documentos do POR) sobre a impossibilidade de se constituir no Brasil um partido plenamente antioligárquico capaz de dirigir o Estado burguês.

A conduta pró-latifúndio de Dilma não se resume à questão indígena. Decidiu recentemente que chegou a hora de pôr fim aos assentamentos destinados aos sem-terra. Aproveitou o retrocesso do MST, já no governo de Lula, para decretar o fim da reforma agrária. Em 2012, foram assassinados 36 camponeses, sendo que metade dos que perderam a vida se destacava com direção dos movimentos. E o que aconteceu com os mandantes? Como sempre, nada! É compreensível, portanto, que Dilma se aproximasse da bancada latifundiária/agronegócio (chamada de bancada ruralista) e da representante da reação Kátia Abreu.

É preciso despertar nos indígenas, bem como nos camponeses, a desconfiança e repulsa aos governos burgueses. Quanto mais firme for a luta para que se arranquem as terras dos latifundiários, mais evidente fica o compromisso dos governos com a grande propriedade capitalista.

Gilberto Carvalho, um jogador a serviço da burguesia

O ministro-chefe da Secretaria Geral correu a mostrar serviço. Enviou dois aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para trazer 140 índios para discutir a situação da construção da Usina de Belo Monte. As nove etnias envolvidas na ocupação da Usina, resolvida por meio de vãs promessas e repressão policial, se tornaram uma trava à mega-construção do PAC, no Pará.

O problema se resume na previsão de que a gigantesca barragem inundará uma colossal área, comprometendo a vida dos seus moradores. Os ribeirinhos não-indígenas também serão expulsos sem mais nem menos. Os ambientalistas descrevem

Bahia

O que os dados apontam sobre a questão agrária no Brasil

O Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao poder do Estado burguês em 2002 prometendo aos camponeses sem-terra e aos pobres do campo avanços na reforma agrária. Para o PT, a constituição de uma frente popular com setores e partidos da burguesia e de um governo democrático e popular, mediante a eleição de Lula, poderia avançar na reforma agrária, com a desapropriação de terras e assentamentos de camponeses sem-terra, auxílio aos pequenos produtores e à produção agrícola familiar através do crédito barato e investimentos em infraestrutura. Com esses avanços, a produção de matérias-primas e produtos agrícolas expandiria e fortaleceria o mercado interno, como contrapeso ao latifúndio e à produção da agroindústria, voltada para a monocultura e para o mercado externo. Todos esses avanços seriam feitos por intermédio dos governos petistas a frente do Estado burguês.

No passado, os setores nacionalistas e a esquerda estalinista do PCB defenderam a concepção clássica de reforma agrária, de que se tratava de uma tarefa democrática a ser resolvida nos interstícios do capitalismo. No caso do PCB, alimentou-se a ilusão de que a burguesia, a frente do Estado capitalista, como dirigente da primeira etapa da revolução (democrático-burguesa) cumpriria a tarefa da reforma agrária, com a distribuição de terras ao campesinato e combate à grande propriedade de terra (latifúndio), este último aliado ao imperialismo.

horrores sobre os efeitos da Usina de Belo Monte. É o preço do progresso econômico e social, respondem o governo e outros representantes da burguesia.

Trata-se da marcha inexorável do capitalismo. Os indígenas são parte dessa marcha. Sairão do caminho por bem ou por mal. O Estado tem a obrigação de enganá-los, para o bem do capital. Aí está a farsa burguesa de reconhecer os direitos ancestrais dos povos indígenas; e a mentira dos reformistas de que se deve reparar os males do capitalismo colonizador.

O Sr. Gilberto Carvalho colocou os 140 índios no auditório para ameaçá-los, avisando-os que não aceitará novas ocupações da Usina. Informou que reforçará a segurança de Belo Monte. Para parecer como um homem do “diálogo”, disse que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, não deveria ter colocado a Polícia Federal para desocupar a fazenda Buriti. Após o encontro, imediatamente, declarou o contrário: a decisão judicial deve ser cumprida, não importa se de 1ª instância.

O que revela tais atitudes? Que os explorados e oprimidos estão diante de um governo embusteiro e repressor. Usa a arma do “diálogo”, das “negociações” e das “soluções pacíficas” para mascarar seu autoritarismo e seu fiel compromisso com os capitalistas. Essa cartilha do embuste e do engano foi muito bem confeccionada pelo PT e pela sua burocracia sindical. Mas a experiência da luta de classes acabará por desmascará-la.

Ou a classe operária se liberta da política burguesa, formando seu partido marxista-leninista-trotskista, ou não haverá como unir a maioria oprimida para barrar a marcha destrutiva do capitalismo decadente, baseado na exploração monopolista e no domínio imperialista. A cartilha do proletariado é outra: jamais confiar na burguesia ou em qualquer de suas formas de governo, lutar com seu programa e com suas próprias forças.

Ocorre que a burguesia nacional, dita progressista, não só não realizou qualquer avanço nesse sentido, como nos momentos decisivos da luta de classes no campo e nas cidades, se aliou ao imperialismo e aos latifundiários para impor derrotas aos movimentos sociais e proteger o sagrado direito de propriedade.

O MST é em linhas gerais herdeiro dessa concepção clássica, com certas particularidades. Procura modificá-la com a ideia de que é possível a realização de uma verdadeira reforma agrária pelo Estado e governos no capitalismo, mediante a pressão do movimento camponês por meio das ocupações de terras e desapropriações. Os avanços se dariam por intermédio dos assentamentos e dos investimentos dos governos no apoio à pequena produção familiar e camponesa. Com estas medidas, se fortaleceria o mercado interno de produtos oriundos da agricultura familiar e da pequena produção camponesa em oposição aos interesses dos latifundiários e do agronegócio, empenhados em produzir matérias-primas e produtos agrícolas para anteder ao mercado externo de *commodities*. Não à toa o MST apoia os governos petistas, de Lula a Dilma Rousseff (PT). O MST espera até hoje do governo democrático e popular do PT as medidas governamentais necessárias ao avanço da reforma agrária. Mas, o que os dados oficiais e das instituições ligadas à questão agrária têm demonstrado?

Os dados demonstram que, ao contrário de avançar, os go-

vernos petistas retroagiram no que se refere ao problema da reforma agrária. O ano de 2012 apresentou os piores índices no que referem à questão no Brasil. O governo Dilma (dando continuidade ao governo de Lula) assumiu claramente uma postura de apoio, financiamento e reforço do agronegócio e da estrutura latifundiária no campo. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Incra indicam que no ano de 2012 o governo Dilma assentou somente 36% da meta proposta para 2012, que era de assentamento de pelo menos 30 mil famílias. É o índice mais baixo desde 1994. Ressalte-se que a referida meta já era considerada irrisória. Indicam também que 200 mil famílias esperam por respostas dos processos de desapropriações, sem qualquer avanço. Não há crédito, habitação, infraestrutura, etc., em condições adequadas aos pequenos produtores e sem tetos. O desamparo atinge também comunidades quilombolas, ribeirinhos, indígenas, posseiros, pescadores e agricultores atingidos pela seca dos últimos anos, particularmente no Nordeste.

Enquanto o governo favorece o agronegócio e o latifúndio com incentivos, crédito e financiamento estatal, a violência campeia contra pequenos agricultores e sem terras. Cerca de 43% dos conflitos agrários foram registrados na região Nor-

Cresceu o desemprego e o trabalho sem carteira assinada. Caiu o rendimento médio de salário

Responder com o programa operário

Os dados oficiais não podem esconder o aumento do desemprego no Brasil. A indústria de transformação eliminou 98 mil postos de trabalho, o que equivale a uma retração de 3,4%. O comércio e reparação de veículos, 47 mil empregos foram cortados (-1,2%). A taxa de desemprego avançou de 11% em março para 11,3% em abril em seis capitais (São Paulo, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre), perfazendo 2,491 milhões de trabalhadores desempregados, ou seja, 52 mil a mais em relação ao mês de março. Permanece a situação de redução de empregos na indústria.

Outro fato foi a queda de empregos com carteira assinada. Apesar dos índices considerados ainda baixos, 0,7%, existe uma tendência em eliminar empregos formais. Em relação aos empregos sem registro, a redução foi maior, 1,3%. Chamou atenção a diminuição dos empregados domésticos em 1,4%. Trata-se, certamente, de uma ação preventiva dos empregadores diante da PEC das domésticas, aprovada recentemente.

Por fim, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) constata que houve, também, o rebaixamento do rendimento médio dos trabalhadores em 0,4%. Isso revela que se demitem aqueles com salários maiores e contratam com salários mais baixos.

As informações da PED estão indicando que a crise econômica vem saindo das margens da economia brasileira. Os dados de desemprego, de redução de trabalho com carteira assinada e queda do rendimento médio expressam a queda geral do PIB e, em particular, a retração do setor industrial, locomotiva fundamental da economia. A eliminação de postos de trabalho e redução do trabalho formal pesam sobre o consumo, portanto, no comércio. Observa-se que o setor que mais emprega e que tem sustentado a taxa de emprego, que são os serviços e comércio, começa a demitir.

Tudo indica que a marcha da crise é ascendente e que os

deste e 27% no Norte. O Nordeste concentrou cerca de 50% das denúncias de violência. Rondônia, Maranhão, Bahia e Mato Grosso do Sul são os estados mais violentos do país. Entre 1985 e 2011, foram assassinados em torno de 1.637 camponeses em conflitos de terras. A justiça burguesa permanece inoperante, até hoje apenas 91 casos foram julgados, uma verdadeira impunidade aos crimes de classes cometidos pelo latifúndio e seu braço armado. As melhores terras estão concentradas nas mãos do agronegócio e do latifúndio, cerca de 85% do total.

Sem romper com o governo do PT, o MST não tem como avançar na tarefa da reforma agrária. As terras só serão conquistadas com o método da ação direta de massas contra o latifúndio, com ocupação de terras e independência de classe frente ao governo. É preciso defender a aliança operário-camponesa contra o divisionismo, que só fortalece os capitalistas, o agronegócio e os grandes proprietários de terras. É preciso defender a constituição de Tribunais Populares para julgar os crimes de classe do latifúndio contra os explorados do campo. A tarefa agrária não tem como ser plenamente resolvida no capitalismo pelos governos burgueses, é parte da revolução proletária.

Cresceu o desemprego e o trabalho sem carteira assinada. Caiu o rendimento médio de salário

Responder com o programa operário

assalariados terão de superar a passividade dos últimos anos perante a política econômica do governo e diante do freio imposto pela burocracia sindical.

Política do governo petista diante da crise

O governo Dilma, sob a pressão das multinacionais, criou inúmeros subsídios para conter a crise do setor automobilístico e dos eletrodomésticos. A política de facilidades de crédito, para potenciar o mercado interno, se mostra esgotada, em função do endividamento da parcela assalariada. O número de inadimplentes cresceu, o que obriga o governo a buscar novas saídas para evitar o aprofundamento da crise, uma delas é a de abrir a economia aos investimentos do grande capital nacional e estrangeiro pela via das privatizações (portos, aeroportos, rodovias, etc.).

O governo de Dilma está diante do precipício da crise mundial e experimenta o gosto amargo do fracasso de suas medidas para evitar as tendências recessivas. Assim, o governo se tornou mais vulnerável à pressão dos setores pró-imperialistas, que exigem uma virada radical na política econômica. A tese é a seguinte: está esgotada a via dos incentivos ao consumo (demanda) e está colocada a intervenção do Estado em favor dos investimentos em infraestrutura. O que quer dizer que os capitalistas não aplicam seus recursos na produção porque estão comprimidos pela crise de superprodução e exigem que o Tesouro Nacional patrocine novos negócios, que se realizam por meio da infraestrutura. Para isso, o governo terá de desviar recursos da esfera social.

A virada econômica do governo se manifestou mais claramente agora diante da previsão de que o Produto Interno Bruto não crescerá os 4% projetados e, provavelmente, não passará dos 2,5%. A mudança tem uma implicação na vida dos explorados. O governo atacará mais fundo os salários e os em-

pregos. Medidas como a desoneração na folha de pagamento – um crime dos petistas contra a Previdência social – mostram o quanto Dilma está submetida aos interesses do grande capital. A retomada da alta da taxa de juros (Selic), por sua vez, penalizará ainda mais o crediário que garroteia os assalariados. E agrava as contas públicas. Nada disso reverterá a tendência do aumento do custo de vida. Não por acaso sob seus pés tem aumentado o número de greves em vários setores e ampliado o conflito no campo. É previsível agudização do choque das massas com o governo antinacional e antipopular. Trata-se de desenvolver o programa da classe operária para a crise.

Organizar a luta dos explorados

O problema do desemprego e subemprego tem de ser respondido pelos sindicatos e Centrais. Ocorre que a CUT e suas parceiras estão defendendo as “saídas” traçadas pela burguesia e pelo governo. Não há uma campanha nacional pelo emprego e pelo salário. A classe operária, a mais afetada, está à mercê da política de colaboração de classes das burocracias sindicais. Romper esse cerco é uma tarefa fundamental para responder aos efeitos da crise sobre os trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe, órgão sindical do Partido Operário Revolucionário, tem feito uma campanha em defesa do salário, do emprego e das conquistas sociais, que estão sendo eliminadas. Apresenta o programa de luta unitária para enfrentar a crise econômica, que é expresso nas seguintes bandeiras:

1. Responder ao aumento do custo de vida com a reivindicação de **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. Assim os salários serão reajustados automaticamente conforme os preços se elevem. Não há outro mecanismo eficaz para defender os salários contra o jogo capitalista dos preços;
2. Responder à pobreza e à miséria com a reivindicação de **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. Basta que se faça a conta na ponta do lápis de quanto uma família de quatro pessoas necessita para viver dignamente para se ver que a conta chega a R\$ 4.000,00. Assim, o salário mínimo de R\$ 678,00 é a principal causa da miséria, ao lado do desemprego;
3. Responder ao desemprego que ainda atinge milhões de brasileiros e às demissões que começam a ocorrer. A reivindicação é **ESCALA MÓVEL DE EMPREGO**. Assim, as horas nacionais trabalhadas no país serão divididas entre todos brasileiros aptos ao trabalho. Com essa divisão, se

chegará a uma **JORNADA DE TRABALHO QUE EMPREGUE A TODOS**;

4. Responder à crise econômica, que traz mais demissões em massa e que serve aos capitalistas para flexibilizar o trabalho (destruir direitos), com **CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO**. As multinacionais são espertas em conseguir o apoio das direções sindicais corrompidas para impor o banco de hora, suspensão temporária (lay-off), redução do piso salarial, sistema de células produtivas, etc. Mas os capitalistas não permitem que os trabalhadores interfiram no planejamento e que conheçam a contabilidade das fábricas. A defesa do controle operário por quem trabalha é a única forma de combater as medidas que aumentam a exploração e precarizam os empregos.

O método de luta da classe operária

Em 2012, ocorreram 873 greves, a maioria por salário. Mais de 50% delas se manifestaram contra a exploração no setor privado. Aí está a essência do método da classe operária. A ação direta coletiva é o ponto de partida da luta em defesa das condições de existência dos assalariados e de elevação da organização e consciência revolucionárias. Destacam-se as greves nas obras do PAC, principalmente nas usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. Isso porque o método da ação direta, a greve, assumiu características mais radicais de luta de classes. Os operários da construção civil ocuparam as obras e impuseram as condições de negociação com o patronato, a despeito da burocracia sindical. Essa experiência deve ser defendida e generalizada nas fábricas.

Um problema fundamental do volumoso número de greves está em que permaneceram no economicismo e no corporativismo sindical imposto pelas direções burocráticas. O método da ação direta tem de ser acompanhado da tática de unidade grevista. A limitação das greves tem a ver, certamente, com as campanhas salariais. Diferentemente, ocorre na situação em que o Estado e a burguesia atacam de conjunto os explorados e estes têm de responder também de conjunto. É o caso das demissões em massa, do mesquinho reajuste do salário mínimo e da vergonhosa aposentadoria.

A crise, como vemos, obriga os exploradores a generalizarem seus ataques à maioria oprimida. O método de ação direta e a tática da frente única sindical devem ser propagandeados e defendidos no seio do proletariado e dos demais oprimidos.

Abaixo a repressão policial aos protestos contra aumento das passagens!

Convocar massivamente para ocupar as ruas e avenidas para revogar os aumentos das tarifas!

Erguer as bandeiras de defesa da vida das massas: salário mínimo vital reajustado automaticamente (escala móvel)! Estabilizar sem indenização a rede de transporte público e colocá-la sob controle dos trabalhadores e da população! Passe livre para estudantes e desempregados!

Mais de 500 manifestantes protestavam nas ruas de São Paulo no final da tarde do dia 06/06, contra o aumento das tarifas dos ônibus e metrô para R\$ 3,20, quando a tropa de choque reprimiu o movimento com balas de borracha, bombas e gás. Quinze foram presos, dentre eles o presidente do sindicato metrôviário, Altino de Melo. Pelo menos 30 feridos.

O movimento começou com um protesto em frente ao Te-

atro Municipal, saiu em passeata pelas ruas, o que bloqueou o trânsito, e foi aí que a repressão se desfechou, perseguindo os manifestantes até um shopping da região da Avenida Paulista. Os tiros com balas de borracha eram dados a esmo, em meio à fumaça das bombas.

Mesmo sob ataque da polícia, os manifestantes ainda mantiveram o protesto até tarde da noite. Nova manifestação foi

convocada para a sexta-feira, 07/06, para protestar também contra a repressão.

Prefeitura do PT/governo do PSDB subsidiam alta lucratividade do transporte

O aumento do preço das passagens em São Paulo foi apontado pela prefeitura como inferior à inflação desde o último reajuste. Ocorre que as tarifas subiram, desde a implantação do Plano Real, o dobro da inflação. De R\$ 0,65 passaram a R\$ 3,20, quando a correção da inflação daria cerca de R\$ 1,50. O subsídio dos transportes dado pela Prefeitura às empresas também foi superior ao dobro da inflação do período, chegando a 1,2 bilhão de reais. Assim, os empresários do metrô (linha 4 privatizada) e ônibus têm seus lucros maximizados pelos governos do PT e PSDB. Isso às custas de maior opressão sobre os assalariados e suas famílias.

Movimentos se levantam e impõem revogação de tarifas

Em várias cidades pelo país, os movimentos têm se levantado contra o aumento das tarifas. Alguns desses movimentos conseguiram impor a revogação do aumento, por força da mobilização.

Em São Paulo, apesar do movimento ter se projetado, ainda foi uma manifestação de vanguarda, falta ainda uma convocação ampla nas salas de aula, convocar assembleias e votar paralisações, de forma a constituir um movimento massivo. Somente com milhares nas ruas, afetando a economia capitalista, é que teremos força para derrotar o aumento das passagens.

É preciso também levantar as bandeiras gerais de defesa da vida das massas, de forma a configurar uma unidade dos oprimidos contra os capitalistas e seus governos. A defesa das bandeiras de Salário mínimo vital, suficiente para o sustento

Rio Grande do Norte

Revolta do Busão em Natal

A revolta do Busão voltou a se manifestar em Natal devido ao aumento da passagem do transporte público de R\$ 2,20 para R\$ 2,40, uma das tarifas mais caras das capitais considerando a relação preço-distância.

O movimento iniciou com uma manifestação na quarta-feira, 15 de maio, que concentrou os estudantes na parada do circular da UFRN e caminhou até o Mid Way. Cerca de mais de 2 mil estudantes, principalmente secundaristas, marcharam em protesto ao aumento concedido pelo prefeito Carlos Eduardo Alves (PDT).

O movimento fechou todas as faixas da passagem dos carros e parou no cruzamento do Mid Way com o IFRN. Sem perspectivas de continuidade, ou seja, sem a direção do movimento saber o que fazer, os estudantes, liderados pelos autodenominados “anarquistas” voltaram ao ponto inicial, próximo ao Natal Shopping. Neste momento, a polícia tentou dispersar a multidão, primeiro, perto do Portugal Center. Os manifestantes, para se defenderem das balas de borracha e bombas de efeito moral, tomaram a contramão e seguiram a passeata. Mas embaixo do viaduto perto do futuro Arena das Dunas, a polícia de choque cercou o movimento e o dispersou à força de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Muitos estudantes ficaram feridos e outros foram presos. Os manifestantes tiveram de escalar a parede de lado do viaduto na tentativa de fugir da repressão policial. Quem não foi atingido pela polícia

de uma família (pelo menos 4 mil reais) reajustado automaticamente, da estatização sem indenização do transporte e controle coletivo dos trabalhadores e da população, e do passe livre para estudantes e desempregados, leva a esse movimento geral.

Protestos se espalham pelo país

Pelo menos 14 pessoas foram presas na noite de 28/05 durante um protesto organizado por estudantes para pedir a redução da tarifa dos ônibus de Goiânia. Na semana passada, o valor da passagem passou de R\$ 2,70 para R\$ 3.

Uma manifestação contra o aumento das passagens de ônibus no Rio de Janeiro complicou o trânsito no centro do Rio e gerou tumultos. Os manifestantes ocuparam toda a pista central da Avenida Presidente Vargas, na altura do cruzamento com a Avenida Rio Branco – as duas principais vias da região central. Duas pessoas ficaram feridas por balas de borracha disparadas por policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar. A passagem no Rio aumentou neste mês de R\$ 2,75 para R\$ 2,95.

A passagem de ônibus em Porto Alegre (RS) passou de R\$ 2,85 para R\$ 3,05 em março, um aumento de 7,02%. Os protestos de rua conseguiram reverter o aumento da passagem em abril.

Em maio, em Natal (RN), os protestos de rua foram contra o aumento da passagem de R\$ 2,20 para R\$ 2,40. Os protestos chegaram a bloquear a BR-101.

A juventude mostra, nas várias capitais e cidades, energia e disposição de luta. É preciso potenciá-las com o programa da classe operária e com as reivindicações que atinjam os interesses dos capitalistas e a política privatizante dos governos municipais, estaduais e federal.

ficou machucado na confusão do corre-corre tentando se defender da repressão.

O movimento dispersou por um momento, mas a radicalidade estudantil foi demonstrada quando, logo após, reagrupou-se pelas vias secundárias da BR 101, conseguindo chegar no ponto em que se iniciou a caminhada. Somente assim o movimento foi se dispersando. O “roletaço” (pular a catraca dos ônibus) terminou sob brutal repressão policial.

A combatividade da juventude, contando com centenas de secundaristas, mostra sua energia para enfrentar a opressão capitalista. É fundamental, portanto, constituir em seu seio uma direção que expresse o programa da classe operária. *O POR trabalha por organizar o movimento sob as bandeiras da expropriação sem indenização do sistema de transporte urbano, estatização e passe-livre para a juventude e desempregados e a implantação do salário mínimo vital.*

A direção do movimento

O fato do movimento em Natal estar sob a influência de correntes como a UJS/PCdoB, ANEL/PSTU e DCE/PT da UFRN e anarquistas, que dividem a sua direção, dificulta à juventude expressar sua explosividade empunhando a bandeira de estatização sem indenização e salário mínimo vital. É claro o objetivo dos estalinistas (UJS/PCdoB) de usar a questão do transporte para

ocupar um assento na Comissão Municipal de Transporte Público. A União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), controlada burocraticamente pelo PCdoB e PT, não existe no dia-a-dia da juventude. Aparece ocasionalmente usando o aparato para canalizar o movimento para o carrerismo. A direção do DCE/PT não fez nada para mobilizar os estudantes. Mas atuou em aliança com a UJS/PCdoB para disciplinar o movimento. A ANEL/PSTU, que deveria ter convocado a vanguarda para preparar o ato sob a bandeira da estatização, atuou desorganizadamente e permitiu que os anarquistas despolitizassem a luta. Esperava-se que a Conlutas/PSTU também mobilizasse sindicalmente e assim concretizasse a unidade da juventude com os trabalhadores.

A vereadora Amanda Gurgel/PSTU não assumiu o trabalho

Balanco do 53º CONUNE

O 53º Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado entre os dias 29 de maio a 02 de junho, onde compareceram delegados credenciados de 98% das instituições de ensino superior do Brasil, negou a luta por educação a todos defendendo o governo burguês de Dilma Rousseff/PT, que aplica a política privatista para a educação. A discussão central ao longo de todo o Congresso foi a do financiamento da educação, orbitando entre os percentuais do PIB, do Fundo Social e dos Royalties do Pré-Sal.

Um congresso massivo em que as direções governistas arrastaram os estudantes a empunharem uma bandeira de retroques na política do governo, o que leva à preservação da educação privada e a exclusão da maioria. Eis porque o Congresso foi dirigido a fazer pressão sobre os parlamentares, que decidiram sobre o Plano Nacional de Educação.

Não foi um congresso para aprovar um programa de luta que unifique a juventude ao redor da defesa da educação a todos, que passa necessariamente pela unidade com a classe operária e demais oprimidos. Esta tarefa, mais uma vez, foi rejeitada pelos grupos da direção majoritária PCdoB/PT e pela oposição de esquerda PSol/PCR, que, em essência, pouco se diferencia da política aparelhista e privatista da UNE. Um congresso que abandonou centenas de estudantes, de diferentes universidades que estão sendo processados politicamente. Reprimidos por defenderem a educação pública com os métodos operários: ocupação, piquete, fechamento de avenidas, greve, etc. Não houve a organização do movimento estudantil nacional para enfrentar a criminalização dos movimentos sociais, defender a democracia estudantil e os métodos de luta.

As bandeiras da juventude pelo direito à educação, ao trabalho e ao passe-livre estiveram ausentes no Congresso, que mostrou um elevado grau de burocratização e colaboração com o governo.

Financiamento: uma discussão limitada que preserva a exclusão

A centralidade do Congresso foi o financiamento da educação. A reivindicação majoritária da UNE e dos parlamentares presentes nos debates é de 10% do PIB, 100% dos Royalties e 50% do Fundo Social do Pré-Sal. São propostas de emendas no Plano Nacional da Educação (PNE). O financiamento é considerado um ponto estratégico para o desenvolvimento do país. Aumentar os recursos na educação a fim de superar o analfabetismo, atender as necessidades da indústria de base, superar o

de organização dos bairros populares, convocando-os a resistir ao aumento das tarifas. A vereadora do PSTU informou que tinha entrado com um requerimento solicitando à Câmara Municipal a revogação do aumento. Esse ato institucional não serve para nada quando não se lança a ANEL e a Conlutas a organizarem um amplo movimento.

Apesar da influência negativa do anarquismo desorientador, a manifestação foi uma resposta a mais um ataque contra as condições de vida da população. Reconhecemos a fragilidade do POR, por não ter constituído uma fração revolucionária da juventude oprimida, o que dificulta lutar por uma orientação proletária ao movimento da juventude. As experiências indicam a necessidade de construir uma fração revolucionária, oposta à política pequeno-burguesa.

atraso econômico e as travas impostas pelo capital estrangeiro. Reivindica-se a autonomia nacional na exploração do petróleo e nos demais recursos energéticos. “Brasil, Potência Mundial. Somos capazes de produzir tudo que queremos”, são palavras do senador do Amapá Randolfe Rodrigues/PSol. Como se vê, trata-se da tese do nacionalismo burguês.

Mas a economia brasileira não está dissociada à economia mundial. O Brasil é um país semicolonial, de economia capitalista atrasada e controlada pelo imperialismo. A burguesia nacional não é capaz de cumprir com as tarefas democráticas (educação a todos, reforma agrária, unidade federativa, etc) e transformar a economia brasileira de essencialmente produtora de matéria-prima para industrializada. A burguesia nacional se dobra ao imperialismo que impõe o atraso. A recente fusão da Kroton com o grupo Anhanguera, ambas controladas por corporações financeiras de capital estrangeiro, constituindo a maior empresa privada do mundo no setor de educação, prova a incapacidade da burguesia nacional de fazer frente à burguesia internacional e atender umas das necessidades mais elementares, a educação. As posições nacionalistas do estalinismo (PCdoB) e do reformismo petista estão em contradição com essa realidade. Mas o Congresso burocrático não foi capaz de discutir os fundamentos programáticos.

A essência da exclusão da imensa maioria da juventude do ensino superior se encontra na exploração do trabalho e na existência da educação privada. Um congresso que se destina a discutir única e exclusivamente o financiamento, sem se opor à propriedade privada, não é capaz de defender concretamente a educação a todos. A própria proposta da direção da UNE evidencia que esse percentual é inócuo para a conquista da educação como direito. Propõe-se que se duplique as vagas, que se eleve o número de matrículas para 50% da juventude e aumento de 33% dos formandos. Trata-se de uma confissão de que a direção da União Nacional dos Estudantes não travará uma luta pelo direito universal da educação.

A expropriação de toda a rede privada de ensino é a bandeira que um verdadeiro Congresso Nacional dos Estudantes deveria erguer, de forma a unificar toda a juventude na conquista dessa reivindicação histórica.

Política pró-governo burguês – Ole! Ole! Ole! Olá! Dilma! Dilma!

A UNE é uma entidade estatizada. Os ciclos de debates contaram com a presença de deputados, senadores e outros

integrantes da máquina estatal. O 3º Encontro Nacional dos Cotistas e Prounistas teve à mesa a presença do ministro da Educação Aloísio Mercadante. A direção da UNE construiu um congresso para sustentar e reforçar a política privatista do governo de Dilma Rousseff, colocando inclusive o próprio governo para falar aos estudantes, cujo conteúdo foi de defesa do Prouni, do Reuni, do Fies, ou seja, da política que há 10 anos vem beneficiando os capitalistas de ensino à custa da destruição do ensino público.

A greve nacional das federais em 2012 não foi discutida em nenhum momento no congresso.

A União Nacional dos Estudantes burocratizada e estatizada é uma extensão do Ministério da Educação, auxiliar da regulamentação da educação no Brasil, segundo as imposições imperialistas. É incapaz de ter uma política independente, que se contraponha aos empresários da educação, que controla o ensino superior, com 75% de todas as matrículas.

A mínima oposição que a direção da UNE esboça se limita a propor remendos ao Plano Nacional da Educação, para serem submetidos ao parlamento. Trata-se de uma farsa oposicionista.

A política da direção da UNE é pró-governo, como expressa a palavra de ordem cantada pela UJS.

Pressão parlamentar não é o método de luta do movimento estudantil.

Além da UNE defender o financiamento como prioridade da luta estudantil, o recado que os parlamentares deram, apoiados pela UNE e pela oposição de esquerda, é de apoiá-los para exercer pressão nas bancadas do Congresso. É “militar no Congresso Nacional”, pressionando o Congresso e o Supremo Nacional para aprovarem o PNE, com as alterações apresentadas pela direção da UNE, em conjunto com outras organizações.

O método do movimento estudantil é o da ação direta. Tomar em suas mãos a tarefa de conquistar suas reivindicações. Organizando-se em assembleias, manifestações, greves, ocupações. Por isso, as reivindicações do movimento estudantil não dependem do PNE e a ele se opõem. As reivindicações serão arrancadas do governo e do Parlamento por meio da luta coletiva, do método da ação direta.

Miséria Política

O Congresso foi marcado pela despolitização. Na praça universitária, local onde ocorreu boa parte de suas atividades, foi montado um monumental palco musical. A grande maioria não participou dos grupos de discussão ou dos ciclos de debate, mas a praça musical ficava lotada. A plenária final não foi espaço para a discussão e aprovação de propostas. O direito à apresentação de propostas das diferentes correntes foi tolhido pelo filtro da sistematização, em que apenas às correntes majoritárias, ou aos apoiadores de sua política, foi facultada a defesa de propostas.

A plenária se transformou em um palco de disputa aparelhista com base em torcidas organizadas que entravam no ginásio em bloco e se dispunham nas arquibancadas setorialmente. A dispersão foi um fator imperante. A votação não expressou uma escolha a partir da análise das posições apresentadas. Os argumentos sequer eram ouvidos. A decisão foi tomada a priori. O voto pertencia à corrente política que cada um fazia parte, e era manifestado mediante orientação dos coordenadores des-

sas correntes, que explicitamente organizavam o momento de se levantar o crachá.

A despolitização é método daqueles que não têm interesse em discutir e definir um programa proletário para a educação. A burocratização das correntes e da própria entidade impede que a base realmente se expresse. A democracia estudantil é constantemente atacada em função da disputa de cargos. Essa política aparelhista e oportunista tem como consequência a negação das reivindicações dos estudantes. Estes são levados a expressarem não as suas necessidades, mas os interesses e a política alheios, transmitidos pelo Estado burguês e pelos governos.

Mais uma vez ficou evidente que a direção estalinista se consolidou como correia de transmissão da política burguesa no seio da UNE e do movimento estudantil.

Congresso que não prioriza a discussão

O 53º Congresso da UNE não priorizou a formulação de posições programáticas. No segundo dia, foram 20 grupos de discussão (GD). Na parte da tarde, 13 temas foram distribuídos fragmentariamente para os grupos, de forma que não houvesse a discussão conjunta dos mesmos temas. O mesmo se repetiu à noite. Na prática, foram 47 atividades das quais uma pessoa só poderia participar de 3. O que piora a situação é que enquanto aconteciam as atividades, especialmente os da parte da manhã e da tarde, uma parcela considerável dos participantes do Congresso ainda não tinham chegado.

Um congresso sem discussão é um congresso de fachada para referendar posições decididas antecipadamente pela direção.

Atto dividido. Unidade somente nas palavras

No dia 31 de maio, após o 3º Encontro Nacional dos Estudantes Cotista e Prounista, ocorreu uma passeata pelos 10% do PIB para a educação, composta por aproximadamente 10 mil estudantes. Nela havia um carro de som principal, da UNE, que puxava a passeata, e mais um carro de som para cada uma das principais correntes. Atrás de cada carro se concentravam as respectivas bases de apoio para quem os palanqueiros se dirigiam. O que se deu foi a somatória de diversos atos, realizados concomitantemente e no mesmo local. Por mais que a oposição e a situação tenham como bandeira central para o Congresso a defesa do financiamento, são incapazes de unificar suas bases. Unidade só nas palavras! Na prática, a necessidade imperante é proteger o rebanho das investidas do concorrente.

Porque os estudantes são levados a aprovar uma política não proletária?

A democracia estudantil foi destruída e em seu lugar foi implantada a burocracia estudantil. Os estudantes presentes no 53º Congresso Nacional da UNE foram arrastados ao plenário para votarem propostas que sequer foram ouvidas.

As votações não expressaram as necessidades reais nos estudantes, mas o domínio político das direções burocratizadas. Os estudantes compareceram ao Congresso como uma imensa massa manipulada. Não há um trabalho das correntes opostas para superar o atraso político.

A ausência de uma direção revolucionária faz com que o Congresso, composto majoritariamente por jovens da classe média arruinada e até proletários, aprove uma política pró-burguesa de ataque à educação pública.

Plenária nacional de processados políticos

Diferentemente das edições anteriores, o 53º Conune trouxe a oportunidade de, contra toda a maré de despolitização e colaboracionismo com o governo, reunir estudantes de todo o país para discutir um problema concreto por que passa o movimento estudantil no país inteiro: a repressão. Numa iniciativa do DCE da Univille (faculdade privada de Joinville) realizou-se uma plenária de estudantes processados que aconteceu concomitantemente à “atividade cultural”.

A Corrente Proletária Estudantil, junto com o Fórum dos processados da USP e da UNIFESP, trabalhou durante o Congresso para divulgar essa plenária de forma a impulsionar a campanha nacional. A reunião contou com a participação de estudantes de várias universidades e foram dados informes das perseguições políticas sofridas. Da discussão, foi aprovado um texto baseado na proposta do DCE da Univille, que defendia uma campanha rumo a uma greve nacional em defesa dos 72 processados por ocupar a reitoria da USP. Essa limitação do texto foi superada e o mesmo passou a defender os processados em geral. A Corrente Proletária interveio colocando que a agudização da crise coloca as massas em movimento e em contraposição há um aumento da repressão por parte do Estado burguês. Defendeu as bandeiras e os métodos de luta dos movimentos criminalizados, apontando que se trata de uma ofensiva geral contra os lutadores, vide os ataques aos sindicatos e os assassinatos no campo.

A Esquerda Marxista e a frente com a oposição de esquerda (PSol e PCR)

Dentro da diretoria do DCE da Univille, há militantes da Esquerda Marxista, corrente do PT. Não por acaso, a proposta de documento inicial não tratava da repressão aos estudantes das universidades federais, como é o caso da UNIFESP de

Guarulhos. A repressão nas federais é promovida pelo governo do PT, enquanto que na USP se dá pelo governo do PSDB, Geraldo Alckmin.

Participaram da reunião integrantes do coletivo Rebele-se (PCR) de várias universidades. Conhecendo a política do PCR na USP, podemos dizer, sem medo de errar, que não é uma corrente que tem interesse de encaminhar a luta em defesa dos processados, já que, durante o conflito de 2011, foram contra a ocupação da reitoria seguindo a linha da direção do DCE-USP (PSol).

Apesar do chamado e do compromisso em ceder dois advogados para a comissão jurídica do Fórum dos processados da USP e da UNIFESP, os militantes da Esquerda Marxista não esperavam uma participação tão engajada dos processados para convocar a plenária e dirigir a reunião, visando à campanha de fato contra a repressão política. Estavam esperando uma reunião pequena, em que seria discutida a frente com a oposição de esquerda, encabeçada pelo PCR. O que ficou demonstrado na prática quando, na plenária do sábado, a Esquerda Marxista retirou a sua proposta de resolução para movimento estudantil, que tratava dos processos e da campanha nacional, para defender a tese da oposição de esquerda encabeçada pelo PSol. O mesmo PSol que deslegitimou a ocupação da reitoria da USP e deu a base para o promotoria denunciar os ocupantes por formação de quadrilha.

O texto discutido e aprovado na plenária de processados foi apresentado como moção, lido e referendado pelo CONUNE na plenária de domingo. Cabe agora, de posse da lista de presença daquela plenária, encaminhar a campanha nacional em defesa dos processados e cobrar uma postura ativa de todos os grupos que participaram da reunião (inclusive os governistas e colaboracionistas).

Manifesto aprovado no 53º Conune

Unidade nacional contra a criminalização do movimento estudantil

“Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu.

Como não sou judeu, não me incomodei.

No dia seguinte vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista.

Como não sou comunista, não me incomodei.

No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico.

Como não sou católico, não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram...

já não havia mais ninguém para reclamar.”

(Martin Niemöller, 1933)

A todos os estudantes, a todos os Centros e Diretórios Acadêmicos, a todos os DCEs, à UNE!

Hoje, estudantes da USP, Unifesp, Unesp, UFMT, e de tantas outras, estão processados, acusados de coisas como formação de quadrilha, destruição do patrimônio público e outras acusações absurdas numa clara ofensiva de criminalização do Movimento Estudantil, além de inúmeros outros processos administrativos e perseguições no interior das universidades.

Os estudantes processados e perseguidos se manifestaram por diversas pautas. Independente da consideração que qualquer um faça sobre os encaminhamentos e os métodos que utilizaram, não podemos aceitar que as questões políticas sejam resolvidas pela polícia. Estes são métodos de regimes totalitários, inaceitáveis.

Lutar pelas reivindicações dos estudantes é legítimo e não pode ser crime! Lutar por Educação Pública e Gratuita para todos em todos os níveis é parte integrante da luta histórica dos estudantes. Nada tem a ver com formar uma quadrilha! Se nos calarmos diante disto, se nada fizermos, amanhã serão milhares de estudantes criminalizados e presos simplesmente porque tenham se manifestado de alguma forma por nossas reivindicações.

Não nos espantemos se no dia depois de amanhã, venham a criminalizar estudantes que simplesmente estejam à frente de uma entidade estudantil. Lembrem-se o que aconteceu no Congresso da UNE de 1968, em Ibiúna! Agora eles colocam a

Polícia Militar dentro do maior campus da maior universidade do Brasil, a USP, algemam, prendem e processam estudantes em plena “democracia”, e nos calamos? Não!

É preciso construir a unidade dos milhões de estudantes Universitários e dos milhões de secundaristas. É preciso construir a unidade do Movimento Estudantil para organizar, preparar manifestações nacionais. Para isso, a UNE deve convocar uma grande Plenária Nacional contra a criminalização do Mo-

vimento Estudantil.

Primeiros Signatários:

Forum dos Processados da USP; Forum dos Processados da Unifesp; DCE da Univille; DCE da Fundação Osvaldo Cruz; DCE da UFMG; DCE da UFBA; Juventude Marxista; Levante Popular da Juventude; União Juventude Rebelião; Corrente Proletária Estudantil – POR; AJR – Juventude do PCO

Moção pela reintegração dos estudantes eliminados da USP

Ao Sr. Governador Geraldo Alckmin, com cópia ao Sr. Reitor Rodas e aos membros do Conselho Universitário da USP

O 53o. Congresso na União Nacional dos Estudantes, reunido em Goiânia (GO) nos dias 30 de maio a 1º de junho se dirige formalmente a seu governo para exigir:

1. A reintegração de imediato em seus cursos de todos os estudantes expulsos da Universidade de São Paulo-USP feitas com base no artigo 249, IV, do Decreto 52.906 de 1972, portando, da época da ditadura e a suspensão de todas as demais penalidades injustamente impostas aos estudantes e funcionários que em sua mobilização visam reivindicar direitos e defender o pleno funcionamento da Universidade de São Paulo-USP.

2. A revogação de imediato da expulsão e outras medidas administrativas adotadas contra mais de 70 estudantes e funcionários da Universidade de São Paulo-USP, instituição sob sua administração, que foram penalizados por medidas antidemocráticas executadas pelo atual reitor da Universidade nomeado por seu gabinete.

3. A revogação de imediato artigo 249, IV, do Decreto 52.906 de 1972, utilizado ainda hoje nas instituições de ensino superior sob responsabilidade administrativa do Governo de São Paulo, que desde a ditadura militar estabelece, entre outros, a proibição da comunidade acadêmica de realizar greves e qualquer tipo de manifestação, como afixar cartazes e fazer propagandas políticas.

Balanço do 2º congresso da ANEL

Nos dias de 30/05 a 02/06, ocorreu em Juiz de Fora (MG) o 2º congresso da ANEL. Contou com cerca de 1200 delegados e 1800 participantes totais, aproximadamente os mesmos números do 1º congresso e do congresso de sua fundação. Teve como temas principais conjuntura internacional e nacional, educação e opressões. A Corrente Proletária Estudantil participou do Congresso levando a defesa de um programa proletário para a juventude.

O congresso não expressou uma fração do movimento estudantil em luta

O Congresso teve como características principais: 1) constituiu-se como um congresso de minoria do movimento estudantil, com uma delegação controlada e manejada pelo PSTU. O comportamento de “torcida organizada” é contraditório com um congresso que deve deliberar conscientemente uma linha de ações de massa. 2) O congresso não se colocou a tarefa de discutir e aprovar um programa, que expressasse as reivindicações e os métodos de luta da juventude em seu conjunto. Na essência, buscou trilhar o caminho de se postar à esquerda da política da UNE, centrando-se na questão do financiamento (10% já do PIB para a educação, só para as públicas). A orientação do PSTU foi a de fazer uma amálgama das propostas de grupos e de setores, procurando apagar as diferenças. No emburramento, a bandeira de estatização da rede privada ficou como letra morta.

Já no pré-congresso vimos uma construção que se apartava das principais lutas dos estudantes. Em seu material de convocação, elaborada pela comissão executiva nacional (CEN),

não havia sequer uma palavra sobre os processos de perseguição política que têm sofrido os estudantes que se mobilizam. Nada sobre os processos da USP, da UFMT, da UNIFESP etc. Não bastasse essa omissão, vimos uma eleição de delegados controlada pelo PSTU. Não houve uma ampla convocação do conjunto dos estudantes a participarem do congresso. Houve apenas um chamado àqueles que defendiam suas posições, excluindo das eleições parte da oposição (montando chapas sem convocação aberta e convocando os estudantes apenas a votarem). Sem a massa estudantil, predominou a participação das correntes que romperam com a UNE. Assim, o Congresso da ANEL não expressou as bases, se reduziu a delegação de correntes políticas, tendo o PSTU o total controle majoritário.

O Congresso foi festivo. O PSTU orientou os seus delegados para gritar as palavras de ordem a todo momento. A banalização teve por objetivo impedir a clareza das divergências e das votações. As festas de todo final de noite serviram para decompor a disciplina necessária de um Congresso.

Nota-se que se consolidou o quadro de estagnação da ANEL. Apesar da presença em mais estados, o número de participantes não tem crescido substancialmente desde sua formação (no CNE, em 2009). O número gira em torno de 1200 delegados, no total de 1800 participantes. Isto num quadro em que as condições de luta têm favorecido a politização e organização da juventude.

O congresso não expressou as necessidades gerais da juventude

A plenária final não teve como votar todas as resoluções. Com quatro dias de Congresso e não houve tempo para votar

todas as resoluções.

Distraçionista e festivo, o Congresso não teve como se concentrar sobre a situação da maioria da juventude oprimida e assim não aprovou um programa e linha de ação para politizá-la e unificá-la contra a pobreza, a exclusão da maioria do ensino, a marginalidade, a violência policial, o desemprego, os salários de fome e as discriminações.

Antes de pontuar as principais divergências, cabe ressaltar que o congresso se circunscreveu aos particularismos das opressões. Desvinculou-se a opressão sobre a mulher, o racismo, a homofobia. etc. das relações concretas da sociedade de classe e do domínio burguês, ainda que em palavras se dissesse que tais opressões são de classe. As correntes de esquerda, tendo à frente o PSTU, via-de-regra fizeram do Congresso uma caixa de ressonância dos movimentos corporativistas e particularistas. Um exemplo: a resolução que reivindica cotas raciais nas universidades está voltada para uma minoria, expressando a mesquinhez do reformismo. Ao desvincular a condição do jovem negro oprimido dos demais jovens brancos também oprimidos se estabelece uma divisão na luta pela conquista do direito universal de acesso a todos os níveis da educação. A tarefa democrática de acesso universal coloca para o movimento a estatização do sistema privado de educação, a constituição de um sistema estatal único, gratuito e científico e o livre acesso (fim dos vestibulares). Essa luta estratégica que responderia plenamente a opressão racial simplesmente foi marginalizada pelo PSTU e pelas correntes que o seguiram, incluindo aqueles que se valeram da experiência da Revolução Russa para dizer que se trata de um problema de classe.

Na primeira noite, foi organizada uma mesa para apresentar os estudantes estrangeiros que participavam do Congresso. As palavras de ordem e as falas insistiram no caráter internacional que a luta deve tomar para ser bem sucedida. Isso é correto, pois os ataques capitalistas, bem como a resposta proletária, devem inevitavelmente assumir esse caráter. Porém, a aliança internacional defendida não é com base nos princípios revolucionários, mas se satisfaz com as adesões circunstanciais e superficiais, de modo que não houve espaço algum e em nenhum momento foi colocada a necessidade do internacionalismo proletário, que se expressa em organizações baseadas em um programa revolucionário de derrubada do capitalismo.

Principais divergências

• Conjuntura Nacional:

A resolução aprovada não passa de generalidades e lugares comuns. Prende-se a aspectos institucionais da política burguesa, como a presença do evangélico Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e do latifundiário Blairo Maggi na Comissão de Meio Ambiente. Concluindo por se fazer campanha por suas destituições. O congresso desviou-se, assim, das manifestações da desintegração do capitalismo e suas consequências para a juventude e os explorados em geral. O fundamental da crise estrutural do capitalismo, de suas tendências destruidoras de forças produtivas e os ataques à vida das massas não puderam se colocar como coluna vertebral da resolução. Coube ao PSTU, assim, lutar contra o programa de

transição apresentado pela delegação do POR e se ater a bandeiras, como “passe-livre Brasil”, “10% do PIB para a educação”, etc. Alegou que a luta pela estatização “não mobiliza” e que o maior problema da educação é o financiamento e não a coexistência público-privada. Está aí por que o PSTU levou o congresso a se colocar contra as bandeiras de: salário mínimo vital com escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho e a estabilidade no emprego.

• Reorganização:

A corrente proletária novamente manteve seu princípio da unidade organizativa do conjunto da juventude. Neste sentido, levamos a proposta de atuação também dentro dos fóruns da UNE, com a formação de uma fração de oposição revolucionária.

É claro que a UNE representa os interesses dos governos no seio dos estudantes. Mas também é claro que tem influência sobre a maioria dos estudantes. Portanto, sua direção estalinista e petista constitui uma trava às lutas.

Entendendo a distinção entre a entidade e sua direção e que o governismo da UJS e aliados significa um ataque ao conjunto da juventude, então é tarefa da vanguarda combativa trazer os estudantes que estão sobre essa influência, para a luta e varrer o governismo de todos os espaços e fóruns que venha a se manifestar. Apartar-se da luta contra os burocratas significa deixá-los de mãos livres para expandir sua influência, o que têm acontecido cada vez mais com os estudantes das universidades privadas e do ensino a distância.

Não existe atalho na tarefa revolucionária de acabar com os oportunistas e burocratas que controlam as entidades. É com a mobilização massiva dos estudantes que poderemos varrer a direção burocrática e governista da direção UNE.

O congresso manteve sua política sectária e divisionista do PSTU, apoiado pelas demais correntes seguidistas.

• Plano de lutas:

Destacam-se no plano de lutas as seguintes bandeiras: 1) combater a criminalização dos movimentos sociais. Essa bandeira é importante diante da ofensiva repressiva contra os estudantes que ocuparam as universidades. Trata-se de trabalhar para que a ANEL a coloque em prática. O POR fez uma campanha para que tanto os congressos da ANEL como da UNE levem a sério os ataques dos governos e da burocracia universitária às liberdades políticas nas universidades. 2) campanha pelo passe-livre. Manteve-se a limitação dessa bandeira ao se negar a bandeira de estatização sem indenização do transporte coletivo. 3) sobre a educação, aprovou-se uma extensa resolução, com a defesa de mais verbas para a educação pública e fim dos monopólios do ensino privado. Está claro que a ANEL não combaterá no terreno da expropriação da estatização sem indenização da rede privada de ensino. Esse é o grande problema da resolução sobre a educação. É evidente que os problemas de permanência e assistência estudantil precisam ser respondidos. Mas esta resolução serve de substituição às tarefas centrais do congresso. A reivindicação de redução imediata das

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

mensalidades deve ser colocada em situações concretas de luta nas universidades privadas, mas não como linha política da entidade. Isso porque a tarefa programática é de transformar o ensino privado em público. E incorporar os milhões de estudantes que estão no ensino privado ao ensino público, além de avançar na tarefa de o direito de todos à educação.

• A luta contra os aumentos das tarifas:

Nesse ponto específico, a resolução aprovada contém um chamado aos movimentos e sindicatos para lutar contra o aumento das passagens, mas foi rejeitado que se defendesse as bandeiras gerais dos explorados. Ou seja, o congresso rejeitou defender o salário mínimo vital com escala móvel de reajuste como bandeira do movimento.

• Questão agrária:

A única resolução apresentada e sistematizada para a plenária final foi a da Corrente Proletária. No momento de sua votação, surgiu uma nova proposta extensa lida no plenário. Aparentemente, não havia contradição entre as duas resoluções. Foi discutida a possibilidade de uma redação conjunta. Em meio à tentativa de unificação, um dos proponentes da outra resolução se colocou contra a bandeira do POR de estatização sem indenização do latifúndio e do agronegócio. Com essa divergência

de essência, a proposta foi à votação. O PSTU fez a defesa contrária à resolução do POR. O que significou se colocar contra a estatização. Venceu a resolução contrária a do POR. Então, o PSTU fez um pequeno adendo: a estatização do agronegócio e o latifúndio! O absurdo da discussão serviu apenas para que se rechaçasse a resolução por ser do POR.

Após a plenária, o grupo que havia feito a outra proposta disse que não era contrária à estatização. O que ocorreu foi que uma das pessoas que reivindicava a tal proposta se opôs a redação única porque era contrária à estatização. O PSTU aproveitou o fato para manobrar contra a resolução do POR. Ocorre que a resolução lida na última hora para se opor à do POR não continha a tarefa de expropriar revolucionariamente o latifúndio e a agroindústria. Por isso se tratava de resoluções distintas. A junção das duas propostas implicaria adotar, de fato, a resolução do POR, caso contrário não passaria de um jogo oportunista. A impugnação de um dos representantes da resolução de que não se poderia unificar porque era contrário à estatização não foi questionada pelo grupo que depois disse defender a estatização. Esse é tipo de manobra suja serve para confundir e desviar a essência dos programas distintos que se manifestaram no congresso. O adendo apresentado pelo PSTU não passa de uma verruga colocada na epiderme de uma resolução que se opôs a tarefa da revolução agrária.

Juiz recusa denúncia do Ministério Público contra estudantes e trabalhadores da USP

O juiz Antonio Carlos de Campos Machado Junior, da 19ª Vara Criminal de São Paulo, decidiu, em 28/05, não aceitar a denúncia do M.P. contra estudantes e funcionários da USP feita em fevereiro pela promotora Eliana Passarelli. O conteúdo da sentença é essencialmente técnico. A argumentação é de que a denúncia contém “impropriedades” e “arbitrariedade”, ao acusar um coletivo sem que se indique o que, individualmente, fizeram. Mas, quanto ao conteúdo da denúncia, o juiz expressa a condenação do movimento: “o protesto realizado pelos alunos da USP, longe de representar um legítimo direito de expressão ou contestação, descambou para excessos, constrangimento, atos de vandalismo e quebra de legalidade.” A decisão pode ser objeto de recurso, o que retomaria a possibilidade da condenação.

Assim, de um lado, a decisão de não acatar a denúncia é uma vitória parcial do movimento contra os processos e perseguição política. Por outro lado, a não aceitação da denúncia não extingue o problema e não afeta os demais processos em andamento e as eliminações e demissão que já se efetivaram. Um dos riscos que corre o movimento é se embriagar com o avanço e se distrair em relação à tarefa de erguer uma campanha nacional de luta contra a repressão e em defesa do direito democrático de se mobilizar pelas reivindicações. Outro é avaliar erroneamente que o caminho para derrotar os processos e ataques é o da disputa judicial, quando sabemos que somente a mobilização é capaz de defendê-la da repressão. Por melhor que seja (e deve ser) a defesa jurídica, é a força da pressão social que pode derrotar os governos e reitorias repressivos.

Logo que a denúncia foi feita, o movimento contra a repressão na USP rompeu o isolamento, organizações nacionais (UNE, PSol) e locais (DCE, Adusp) que antes tinham até mesmo condenado a ocupação da reitoria em 2011 passaram a defender o

movimento. O conflito que passou durante um ano inteiro como de um setor isolado do movimento estudantil, renegado pela direção do DCE, passou a fazer parte do fenômeno nacional de ofensiva repressiva sobre os movimentos. Abriu-se um debate nacional contra a fraude de transformar um movimento por reivindicações estudantis em formação de quadrilha.

Mas esse momento passou. A direção do DCE, depois de ter inserido o debate sobre os processos na recepção dos calouros e convocado, sob pressão da base, uma assembleia que votou a luta contra a denúncia como um de seus eixos (o outro foi o combate ao Pimesp), voltou a boicotar o movimento dos processados. Correntes que participavam do Fórum dos Processados (LER-QI e MNN) discutiram abandoná-lo em função de divergência com as resoluções tomadas. Apostaram que o Fórum dos processados iria se extinguir. E não fazem nenhum balanço desse prognóstico fracassado.

A ausência de iniciativas da direção do DCE da USP e sua recusa em convocar a assembleia geral para discutir e tomar medidas de ação coletiva concretas reconstruiu um cerco político ao movimento dos processados. A UNE e Anel, que poderiam construir um movimento nacional de defesa democrática, se limitaram a declarações formais. É preciso destacar ainda que o movimento dos processados da Unifesp também ficou isolado. E até mesmo sem assistência jurídica.

O Fórum dos Processados da USP tem procurado projetar o movimento. Foi até o Congresso da UNE e conseguiu, com ajuda do DCE da Univille, organizar uma reunião com vários DCEs e militantes processados pelo país. A campanha pode e deve se desenvolver nacionalmente. Mas isso depende em grande medida de se construir na própria universidade em que estudam os processados.

USP: Assembleia geral rechaça proposta distracionista de indiretas para reitor

A assembleia geral de estudantes da USP de 27/05 foi convocada pelo Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), contra a vontade da maioria da direção do DCE (PSol). É evidente que essa direção fez corpo mole na convocação. Poucos grupos de oposição e o Fórum dos Processados se empenharam em convocar para a assembleia. Ainda assim, mais de duzentos estudantes compareceram. A assembleia tinha como temas vários problemas que afetam os estudantes da USP, agrupados ao redor das pautas “democracia na USP” e “campanha salarial”. Assim, os processos políticos, o Pimesp e os casos de recismo, a superlotação do BUSP, a eleição do reitor, tudo isso foi discutido como “democracia na USP”. Foi dado informe sobre a campanha salarial de funcionários e professores, que se defronta com a intransigência das reitorias, que se negam a ir além dos 5,39% de reajuste, enquanto o caixa das universidades transborda. Os reitores pretendem usar esses recursos no favorecimento de suas “parcerias”, tipo ensino a distância, e outros gastos escusos. Diante disso, os sindicatos aprovaram uma paralisação e protesto no próximo dia 11/06, em Campinas, para pressionar os reitores. Na discussão de calendário, a direção do DCE defendeu então a paralisação dos estudantes.

Mas quando a Corrente Proletária propôs que as aulas fossem paralisadas para que os estudantes pudessem ir à manifestação de protesto contra o aumento das passagens, dia 06/06, a direção do DCE (PSol/PSTU) se colocou contra. Isso, apesar de no início da assembleia ter defendido hipocritamente, só nas palavras, que “se a passagem aumentar, São Paulo vai parar”.

Ainda no ponto calendário, foi votada a data da próxima assembleia. A Corrente Proletária e outros grupos da oposição defenderam uma nova assembleia dia 12/06. A direção do DCE defendeu assembleia dia 20/06, última semana de aula. É evidente a intenção de que a assembleia seja de fechamento do semestre. A votação deu a vitória ao dia 20, por um voto de diferença, apesar da direção ter tentado aprová-la “por contraste”.

Rio Grande do Sul

ERESS burocratizado de Porto Alegre se coloca contra a organização do Movimento Estudantil

De 30 de maio a 2 de junho, cerca de 200 estudantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se reuniram em Porto Alegre no XXXV encontro regional de estudantes de serviço social. O que deveria ser um momento de preparação e organização dos combates limitou-se a “minicursos” distracionistas, evitando que se deliberasse sobre a unificação das lutas nacionais dos estudantes de serviço social. Entretanto, as correntes majoritárias não deixaram de montar a chapa para compor a direção da executiva regional, evidenciando assim o avançado estágio de burocratização dessa entidade.

A própria escolha da data do ERESS já revelava a intenção divisionista, pois a fizeram coincidir como os congressos da UNE e da ANEL, numa descarada manobra para dividir os estudantes. Durante o encontro, as correntes majoritárias – o coletivo “Outros outubros virão” e os estalinistas da Juventude

A proposta de comando estadual de mobilização que fizemos foi aprovada através da resolução de convocar uma plenária estadual no dia 11/06, dia de protesto unificado na Unicamp.

O ponto mais polêmico foi o da votação da proposta da Corrente Proletária de rechaçar a proposta feita pela direção da Adusp quanto à eleição para reitor. No CCA do dia 08/05, a direção do DCE defendeu a proposta da direção do sindicato de professores de levar ao Conselho Universitário (CO) um projeto de emenda no estatuto da USP para que a eleição do reitor fosse feita a partir de uma consulta paritária (em que o voto de cada professor tem peso 15 vezes maior que o voto de um estudante), para que o nome indicado nessa consulta se integrasse à lista tríplice a ser encaminhada ao governador, que finalmente faz a escolha. A Corrente Proletária denunciou desde então que essa proposta era uma negação da própria proposta da direção do DCE, e aprovada em Congresso estudantil no ano passado, de Diretas para Reitor, submetendo o movimento ao autoritário Conselho Universitário e à indicação soberana do governador. Essa proposta deixa o movimento estudantil sem perspectiva política, coloca como objetivo manter a ingerência do governo sobre a universidade, em oposição à autonomia universitária. É uma proposta de eleições indiretas, que preserva a estrutura burocrática e antidemocrática que garante o controle da burguesia sobre a universidade. Além disso, essa proposta é distracionista em relação às tarefas que o movimento estudantil tem de cumprir imediatamente: lutar contra os processos, eliminações e demissão políticas, combater as medidas privatistas, elitistas e de precarização da universidade.

A votação da assembleia deu maioria por contraste à proposta que defendemos. A seguir a assembleia foi encerrada com palavras de ordem que se contrapunham à manipulação e à política de paralisia impostas pela direção do DCE ao movimento estudantil na USP.

de Comunista “Avançando/prestistas” – atacaram o princípio da unidade do movimento estudantil, postulando que o movimento deveria se construir “de baixo para cima” e de que a UNE estaria morta, apenas insepulta.

A corrente majoritária, “Outros outubros virão”, originou-se de frações do sindicalismo. Esta corrente, que insistia na defesa da organização de “baixo para cima”, está empenhada na constituição de uma Articulação Nacional (AN) junto com outros “coletivos”, quer dizer, já trabalha com a ideia de uma nova ANEL, o que mostra que o discurso “basista” nada mais é do que uma máscara para acobertar o seu divisionismo.

A Corrente Proletária – a única que apresentou tese – criticou a decisão da ENESO de 2010 de não reconhecer a UNE nem ANEL para se vincular à FENEX. A posição da Corrente Proletária foi a de combate à estatização da UNE. Defendeu,

também, que a Anel se colocasse por estruturar uma fração revolucionária no seio da UNE para derrotar a política do estalinismo (PCdoB) e do petismo, que transformou o organismo estudantil em instrumento a serviço do Estado burguês. E se posicionou pela unidade política e organizativa do movimento estudantil.

Porém, no ERESS de Porto Alegre prevaleceu o divisionismo burocrático das correntes, que hoje encabeçam a executiva nacional, com uma orientação pró-governo.

Para não enfrentar, não organizar o boicote ao ENADE

O ERESS de Porto Alegre também mostrou o alto grau de integração da vanguarda do movimento estudantil do serviço social às entidades profissionais – ABEPESS e CFESS. É o que se evidenciou na recusa das correntes majoritárias em enfrentar o ENADE.

Forçados pela plenária a discutir, prevaleceu o posicionamento de que esta luta deveria ser “flexibilizada” para proteger as escolas mais frágeis (as privadas). O significado concreto desse posicionamento foi a recusa a organizar um vigoroso boicote nacional ao ENADE. O abandono da postura de vanguarda que os estudantes de serviço social sempre tiveram neste ponto se explica pela estreita vinculação da burocracia da ENESSO com a ABEPESS e o CFESS e pela adesão destas entidades à política do governo do PT. Agora, estas passaram a defender que o ENADE deve ser combatido “por outros mé-

todos” pois, o boicote não seria “eficiente”.

As associações profissionais nada mais fazem do que refletir a capitulação da burocracia universitária perante o governo e adesão à política privatista. Mas o movimento estudantil envereda pelo caminho de sua anulação ao se colocar como apêndice das burocracias profissionais. Esse é o resultado do predomínio do reformismo – nas suas diversas variantes – entre os estudantes.

Em contraposição à capitulação que se verifica desde o ENESS de 2010, a Corrente Proletária defendeu que não se pode ser contra o ENADE sem preparar o boicote. Na tese apresentada, a Corrente Proletária formulou a seguinte posição: *“Somente os estudantes podem se opor verdadeiramente à política privatista do governo. Isso porque somente os estudantes não tem compromissos com a burocracia universitária, porque não precisam agradar nem adular o governo – ou as agências financiadoras – para progredirem em suas carreiras. E somente os estudantes têm condições de organizar um BOICOTE NACIONAL AO ENADE, que derrote este nefasto processo de liquidação da universidade”.*

Mais do que nunca se coloca a necessidade de se constituir um movimento de resistência à política privatista, antinacional e de destruição da educação encabeçada pelo governo. Este movimento no entanto, só poderá se estruturar sobre um claro programa anticapitalista, formulado desde a perspectiva da classe operária, quer dizer, subordinado à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Burocracia da Apeoesp não acata a decisão da assembleia e delata setores de Oposição

A greve dos professores estaduais iniciada no dia 19 de abril foi suspensa pela burocracia em 10 de maio, sem que o governo atendesse as reivindicações fundamentais, entre elas a reposição de 36%, a estabilidade para os contratados da categoria “O” e aplicação da jornada do Piso extraclasse. Nessa assembleia, o PT, PCdoB, PSol e O Trabalho se uniram pela suspensão da greve. Por outro lado, o POR, PSTU e PCO se colocaram pela sua continuidade. O que havia de comum entre essas três correntes era a unidade com os professores municipais, que decretaram greve no dia 3 de maio. O POR argumentava que era necessário radicalizar o movimento, ocupando a Secretaria da Educação. Depois da votação da suspensão ou continuidade e diante da clara evidência da vitória da continuidade, a burocracia encerrou a assembleia declarando a suspensão do movimento. Portanto, a burocracia foi antidemocrática diante da decisão da maioria. Desrespeitou um dos princípios essenciais de um sindicato, que é a democracia da assembleia. Mas foi além: desligou o som, impedindo que houvesse novas defesas para que não restassem dúvidas sobre a decisão. Nesse momento, iniciaram os protestos dos grevistas contra a burocracia. A maioria da assembleia se colocou contra a truculência da presidente do sindicato, Maria Isabel. Uma minoria de estudantes ligados a UNE e professores que se identificavam com o PT e com os estalinistas do PCdoB passou a defender a burocracia, usando os métodos que agora são unicamente atribuídos a dois setores da Oposição.

Tudo poderia ter sido evitado se houvesse o respeito à democracia sindical e à soberania da assembleia. O método tru-

culento da burocracia provocou reação dos grevistas.

Quem usa a estrutura do sindicato?

No final de maio, depois do governo publicar o desconto dos dias parados, a burocracia enviou para a casa de todos os filiados (mais de 150 mil) um boletim eleitoral com o timbre “Chapa 1, unidade pra valer”, acusando o PSTU e PCO pelos “tumultos”. Usou de métodos estranhos aos trabalhadores, como calúnias e falsificações, para acobertar sua responsabilidade pela suspensão da greve sem nenhuma conquista e ainda com 22 dias de descontos nos salários.

Depois de fazer demagogia dos “acertos” de sua política (ter aprovado a greve na Conferência de Educação em 2012), a burocracia acusa o PSTU e PCO de quererem “utilizar da estrutura do sindicato para fortalecer suas agremiações”. Portanto, subestima a capacidade mental dos milhares de professores filiados ao sindicato que receberam pelo correio o boletim calunioso enviado pela Apeoesp. Quem de fato usa a estrutura do sindicato? Quem de fato faz campanha eleitoral usando a estrutura do sindicato?

Conduta da burocracia só aumenta a desconfiança dos professores sobre o sindicato

Não aceitar a decisão soberana da assembleia e usar a estrutura do sindicato para fazer campanha eleitoral, faz parte da política da burocracia. O governo age dividindo os professores com medidas concorrenciais (avaliação de mérito, plano de carreira, etc.) e individualizantes. A burocracia divide os pro-

fessores com seus métodos antidemocráticos e caluniadores. O governo faz campanha contra o sindicato e a Apeoesp tem sido vítima dessas mentiras. A burocracia alimenta a desconfiança no organismo de luta, que é o sindicato. Não por acaso, parcela significativa de professores não acata a decisão coletiva das assembleias, não tem confiança política na direção e acaba confundindo o sindicato com a burocracia que o dirige.

Ao invés de politizar a classe para enfrentar as falsificações do governo e sua política antieducação, a burocracia divulga um boletim para semear mais desconfianças para com a luta sindical. Reforça assim os preconceitos de classe média que estão no professorado, como o de ter na assembleia “gente” que não é da classe. Trata, assim, os estudantes como marionetes das correntes de oposição. Na verdade, os protestos tomaram essa dimensão unicamente por responsabilidade da burocracia, que não acatou a decisão da assembleia pela continuidade do movimento.

O que é ser educativo?

O boletim dos burocratas pretende convencer os professores sobre o conceito de ética. Acusa de ser agredidos física e moralmente. E de deseducar as crianças e jovens. Por meio de várias perguntas sobre o que é ser educativo, conclui que foram vítimas de agressões. Ora, ora!

A burocracia agrediu mais de 5 mil professores que estavam na assembleia ao anunciar o resultado falacioso de suspensão da greve. Mentiu descaradamente e usou o poder de direção para cortar o som, impedindo o direito dos defensores da continuidade de se posicionarem. Essa é a maior violência quando uma classe está em luta. Ou seja, mentir e cercear a democracia sindical.

Ser educativo é respeitar a decisão coletiva e educar os jovens para a mais plena democracia sindical. As divergências

devem ser expressas na assembleia e não serem abortadas pela ação truculenta da burocracia. Isso é de fato ser educativo.

O que a burocracia pretende?

As denúncias não são em vão. Têm no fundo uma razão política. Além de favorecer nosso inimigo, que é o governo, preparam as condições para limitar a democracia no interior da Apeoesp.

No boletim, apresenta a proporcionalidade na direção da Apeoesp não como uma conquista democrática. Mas com o teor de um balanço negativo dessa experiência. Provavelmente, tem em seus planos a retirada da proporcionalidade dos estatutos do sindicato, nesse congresso de 2013.

Pretende usar essas denúncias para justificar sua conduta de burocrata que se apodera do aparato sindical e faz dele um trampolim para seus interesses eleitoreiros.

Posição da Corrente Proletária/POR

A Corrente Proletária divulgou um folheto sobre o balanço da greve, contendo uma análise da conduta da burocracia, de setores da Oposição e a política do POR na greve. Diante das calúnias contidas no Boletim da burocracia, caracteriza:

- 1) Que se trata de um boletim eleitoreiro, que visa a responsabilizar setores da Oposição pelo fracasso da greve;
- 2) Afirma que seu conteúdo é próprio de burocracias que combatem a democracia sindical, não respeitando a soberania das assembleias;
- 3) Diz que serve unicamente para reforçar a desconfiança de uma parcela da classe para com a luta no sindicato;
- 4) Salienta que fortalece as medidas governamentais contra a Apeoesp (sindicato);
- 5) Tem como estratégia a eliminação da democracia. Ou seja, assembleias em locais fechados e fim da proporcionalidade na direção do sindicato.

Publicação do balanço da greve dos trabalhadores em educação da Prefeitura de São Paulo

A Corrente Proletária na Educação/POR publicou o folheto sobre as experiências da greve dos trabalhadores em educação do município de São Paulo. A greve, que foi encerrada no dia 24/5, permite analisar a postura do governo petista diante das reivindicações dos trabalhadores municipais e a posição adotada pela burocracia do Sinpeem, assim como a política de setores da Oposição e da Corrente Proletária.

A intransigência de Haddad diante da greve comprovou a análise da Corrente Proletária sobre o caráter burguês do governo petista de proteção dos negócios dos capitalistas e de ataque às condições de trabalho, salário e direitos do funcionalismo municipal.

O balanço expõe a posição da burocracia do Sinpeem de conduzir uma greve massiva, porém passiva diante das medidas do prefeito. Critica a manobra do burocrata de encerrar a greve depois de um acordo de pagamento dos dias parados, mas sem o atendimento das reivindicações que motivaram o movimento. E responsabiliza a burocracia da Apeoesp e do Sinpeem de quebrar a unidade grevista entre os professores

estaduais e municipais, que levou ao isolamento do movimento dos trabalhadores da educação do município. Também, faz uma avaliação da frouxidão da Oposição, que compareceu diluída na greve, permitindo a retomada da confiança dos municipais no burocrata vendido. Criticou a conduta antigreve do PSol, que hoje ocupa cargos de confiança nas diretorias de ensino da prefeitura petista.

As lições de uma greve, que durou 22 dias, são fundamentais para a politização da classe no enfrentamento com o governo e para o combate à burocratização do sindicato. A Corrente Proletária, ao elaborar esse balanço, objetiva fortalecer essa fração revolucionária. Por isso, apresenta uma avaliação de sua atuação, que se processou por meio dos boletins da Corrente, das intervenções nas assembleias e nos comandos de greve. Durante a greve, fez campanha em torno do programa de defesa da vida dos explorados por meio das bandeiras do Salário Mínimo Vital, com a

Escala Móvel de Reajuste, da Escala Móvel da Horas de Trabalho e das conquistas sociais que estão sendo arrancadas pelos capitalistas e governantes.

Balanço da greve dos trabalhadores da educação do município de São Paulo
Maio de 2013



Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Amanda Gurgel/PSTU: “eu me abstenho”

Em sessão da Câmara de Natal, foi colocada em votação a concessão do título de “Cidadão Natalense” ao burguês oligarca Garibaldi Alves (PMDB), o pai de Garibaldi Alves Filho (PMDB), ministro do governo Dilma. Não há nenhuma novidade em se homenagear um político da burguesia. O fato não interessaria caso não estivesse presente a vereadora Amanda Gurgel, militante do PSTU, eleita pela Frente de Esquerda montada com o PSol. A sua declaração de voto foi leviana. Comodamente, proferiu a frase mágica “eu me abstenho”. Esperava-se que aproveitasse a situação para denunciar o velhaco Garibaldi Alves. Em um estado como o Rio Grande do Norte, brutalmente controlado pelas oligarquias, é necessário utilizar todos os momentos para mostrar à população oprimida que os partidos patronais e seus politiquieiros estão a serviço da burguesia, de grupos particulares da oligarquia e de seus próprios interesses.

Amanda Gurgel tinha a obrigação de se opor à homenagem, votar contra e denunciar o significado da comemoração. O surpreendente foi que a representante do PSTU se absteve com o argumento de que se a homenagem fosse o resultado de um acordo político entre os vereadores e a família Alves, portanto um conchavo, então, ela votaria contra. Ora, com con-

chavo ou sem conchavo, era dever da vereadora “socialista” rechaçar a homenagem a um opressor de história muito bem conhecida no Rio Grande do Norte e no país.

Garibaldi Alves pai é um político burguês, latifundiário e acionista de empresas têxteis, colaborador do governo repressor de Geraldo Melo (PMDB) e base do governo burguês do PT, que protege o capital imperialista e ataca os direitos dos trabalhadores. Há quem lembre que o Garibaldi Alves pai teve seu mandato parlamentar cassado em 1969 pela ditadura militar. E que sua família é adversária da família Maia. Assim, criou-se a crença de que a oligarquia dos Maias representava a ditadura e os Alves, os anseios populares. Essa farsa tem servido para arrastar os explorados por trás das disputas das duas frações burguesas da oligarquia.

É inaceitável que Amanda Gurgel tenha se calado diante de uma homenagem que, segundo o regimento da Câmara, diz que é para aquelas personagens “comprovadamente dignas de honrarias, consagradas pelos serviços prestados à humanidade”. A honraria de Garibaldi Alves é a de um político burguês dedicado à opressão capitalista. Os seus sagrados serviços são prestados aos exploradores contra os explorados.

Bahia - Oposição docente na UFBA

Realizada atividade de um ano da greve nacional

Em 29 de maio de 2013, foi realizado um dia de atividades em comemoração de um ano da greve nacional nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ocorrida em 2012. A greve docente durou quatro meses e representou uma das maiores greves de toda a história da categoria. Foi um movimento em resposta à política educacional dos governos Lula e Dilma Rousseff (PT), que, como os governos anteriores, aplica medidas de socorro às escolas e universidades particulares (FIES e Prouni) e de desagregação das instituições federais de ensino, por meio do Reuni. Representou a defesa de melhores condições de ensino e trabalho para professores, estudantes e técnico-administrativos.

O Partido Operário Revolucionário (POR) propôs que as atividades tivessem conteúdo político de balanço do movimento grevista e que fossem na forma de tribuna livre com as correntes de esquerda, independentes e a base dos professores, de modo que todos pudessem intervir. A maioria da Oposição optou por estabelecer um prazo para apresentação de texto de balanço da greve e dividiu-se o dia de atividades em duas partes: pela tarde, a realização de uma mesa com representação do Andes-SN e dos que apresentassem o texto de balanço no prazo estabelecido; à noite, realização de um debate sobre a precarização do trabalho docente e lançamento de livro e dossiê sobre as condições de trabalho nas universidades federais. O POR foi a única corrente que apresentou o balanço da carreira docente e da greve no prazo estipulado.

A mesa foi formada por representantes do Andes-SN, por integrante de uma chapa de oposição que ganhou as eleições para a ADUFCE no Ceará, derrotando a chapa do PROIFES e pela militante do POR. Apresentamos nosso balanço crítico presente no folheto “A greve nas IFES em 2012”. Expomos os avanços e os limites da greve, especialmente da sua direção nacional e local, além ter sido finalizada antecipadamente. Pensaram não só as vacilações e impasses da direção do Andes-SN, hegemonizada pelo PSol, que manteve a greve aferrada aos limites legais- institucionais, não radicalizando com o método da ação direta (ocupações, manifestações massivas) no momento preciso, quando o governo impôs um acordo assinado à parte com a direção traidora do PROIFES e fechou qualquer canal de negociação com o movimento grevista.

Após a apresentação dos balanços, abriu-se para as inscrições. Evidentemente, a avaliação de outras correntes que participaram da greve é completamente diferente. O PSTU não só considerou a greve vitoriosa como alegou que foi encerrada no momento certo. Lembramos que, na assembleia da UFBA que decidiu pelo indicativo de saída coletiva da greve, tanto PSTU, quanto OT e Consulta Popular votaram pelo

fim da greve. O balanço foi importante não só para mostrar os avanços como os limites do movimento grevista e apontar para o fortalecimento da Oposição e da luta de base contra a burocracia incrustada no Sindicato APUB.



Bahia

POR participa de debates sobre os 10 anos de governo do PT

No dia 23 de maio, o POR participou de um debate organizado pelo PSTU em Salvador sobre os 10 anos do PT no poder. A avaliação do decênio de governos petistas à frente do Estado foi realizada por representantes do PSTU e convidados. O PSTU apresentou alguns dados sobre os governos de Lula e Dilma Rousseff (PT), finalizando com a posição de se constituir uma frente de esquerda para 2014, supostamente, uma alternativa tanto à frente constituída pelo PT e a esquerda reformista com partidos burgueses e a frente da oposição de direita. Toda a análise do partido morenista tem sido de demonstrar que o PT traiu os trabalhadores e que não realizou a promessas feitas na época de campanha tanto na eleição de Lula quanto de Dilma. O PSol também esteve presente na atividade.

O POR participou da atividade com intervenções da militância revolucionária, a distribuição de manifesto com balanço dos 10 anos do PT no governo burguês e venda de materiais e do jornal Massas. Em nossas intervenções, analisamos a origem e ascensão eleitoral do PT nos anos 1980 e 1990, com a conformação de uma base parlamentar e eleição de prefeitos e governadores. Desde essa época que o PT demonstrou à burguesia que estava disposto a gerenciar a máquina estatal capitalista em favor dos interesses gerais da classe dominante, levando a choques com os movimentos sociais. O caso da repressão à Vila Socialista, em 1990, em plena administração petista em Diadema-SP, foi um exemplo claro de repressão à militância e à população explorada. Para se adaptar ao Estado, à democracia e ao eleitoralismo, a cúpula dirigente petista (José Dirceu e Lula) teve de enrijecer a burocratização interna e impor às correntes socialistas restrições cada vez mais profundas, o que levou à saída ou expulsão de várias correntes, como,

Amapá

Prefeitura “socialista” do PSol em Macapá arrocha salários de servidores

No dia 27/05, o prefeito de Macapá (AP), Clécio Luís do PSol, aprovou a lei que reajusta os salários dos professores e servidores municipais. Os professores tiveram reajuste miserável de 7,97% (reajuste do custo-aluno) o mesmo índice de fome que foi implementado em vários estados pelos governos burgueses carrascos do magistério. O reajuste dado aos servidores foi ainda pior: 6,59%. Além disso, incorporou gratificações e benefícios de servidores, que ganhavam menos de um salário mínimo, para dizer que tiveram reajuste de 25% a 49%.

Clécio Luís foi eleito prefeito pelo PSol, em 2012, numa aliança com partidos burgueses oligárquicos como o PV, de Sarney Filho e o PPS de Roberto Freire, que faz oposição de direita ao Governo Dilma/PT. No segundo turno, teve apoio do DEM e PSDB, aliança armada com ajudinha do Senador Randolfe Rodrigues (PSol-AP). O PSol, com isso, muito mais cedo do que se esperava, abandonou suas clássicas alianças eleitoreiras com o PSTU/PCB para, em nome do vale tudo eleitoral, se agarrar às legendas burguesas a fim de ganhar a máquina municipal. Uma

por exemplo, o POR (na época TPOR).

Os governos de Lula e Dilma foram marcados pela intransigência com os movimentos sociais, pela estatização das centrais sindicais (CUT, FS), pela imposição das reformas da Previdência e Sindical, pela flexibilização e precarização das condições de trabalho, pelo socorro aos capitalistas, pelo avanço da privatização e desnacionalização do ensino, pela desagregação das universidades públicas, pela repressão aos movimentos grevistas (como a dos operários das obras do PAC), pelo endividamento da população, pelo salário mínimo de fome e pela política assistencialista. Na questão agrária, não se avançou em absolutamente nada. Manteve-se a política de assentamentos, como nos governos anteriores, sem qualquer apoio ou infraestrutura aos camponeses sem-terra e aos pobres do campo. O agronegócio, a concentração de terras e o assassinato de camponeses só avançaram.

O PSTU não tem como realizar a crítica correta e estratégica do PT, tendo em vista que defende o chamado “governo dos trabalhadores”, alimentando a ilusão reformista de que é possível um governo dos explorados saído das eleições e não de um processo revolucionário. Além disso, a tática da Frente de Esquerda do PSTU tem expressado um caráter eleitoralista, na medida em que se conforma por acordos de cúpula com o PSol e outros partidos, sem controle de plenárias organizadas pela base e sem a aplicação do método da democracia operária. É preciso realizar um balanço sério da experiência dos 10 anos do PT, não com o objetivo de conformar uma frente eleitoralista e para difundir a ideia de um governo dos trabalhadores saído das eleições, mas para potenciar a militância revolucionária e avançar na luta de classes do proletariado e demais explorados.

vez de posse desta, não poderia fazer senão uma gestão burguesa; isso é de administrar do estado burguês.

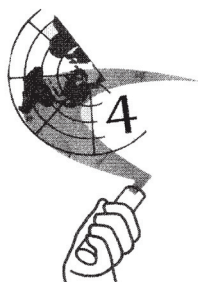
Esse é o MODO PSOLISTA DE GOVERNAR, que em nada se diferencia das gestões petistas traidoras e também dos governos burgueses. O PSol é um partido reformista, surgido de uma cisão com o PT e oficializado em 2004. É adversário da revolução proletária, não luta pela derrubada do capitalismo e o fim da grande propriedade privada, mas para humanizar o capitalismo, distribuir renda etc. Sua trajetória, como já afirmava o POR, seguiria rapidamente os passos do PT para se incorporar à política burguesa. Os fatos tem mostrado, com extrema rapidez, o acerto desse prognóstico.

Os explorados precisam se desvencilhar dos partidos pequeno-burgueses e da burocracia sindical a eles ligada. Livrar-se do eleitoralismo e da política de colaboração de classe destas organizações. Precisam construir o partido da revolução proletária, o POR, sem o qual pagaremos caro os sucessivos ataques dos governos burgueses e a brutal desintegração mundial do capitalismo.

Nesta edição:

- Chile: Manifesto do 1º Congresso do Comitê Construtor do POR
- Vice norte-americano Joe Biden visita Dilma:
- Recessão é confirmada na Europa: necessidade da política revolucionária
- Traidores da COB são os mesmos burocratas fundadores do P.T.
- O trotskismo se fortalece no presente processo político

Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



O POR chileno realizou seu primeiro Congresso, em que discutiu e aprovou suas bases programáticas. Nesta edição, publicamos seu manifesto, e no próximo Massas, publicaremos suas resoluções.]

Manifesto do 1º Congresso do Comitê Construtor do POR

À classe operária e a todos os oprimidos

Foi realizado o Primeiro Congresso do Comitê Construtor do POR Chile, em Maio de 2013, com a presença de delegados das seções irmãs do CERQUI. Foi o resultado de quase dois anos de duro trabalho de reagrupamento militante com o objetivo de pôr os cimentos para construir o partido revolucionário.

Construir o partido revolucionário no Chile como seção da IV Internacional, é uma tarefa histórica, que não foi possível resolver até agora, em que pese que desde os anos 30 apareceram diversas correntes que se reivindicavam do trotskismo.

Os documentos preparatórios e os debates percorreram os principais acontecimentos da história da luta de classes e nos detivemos a caracterizar qual é a situação hoje da economia, das massas, das condições de vida, das reivindicações transitórias, do grau de desorganização sindical e político das massas, assim como o sopro do ar fresco que se percebe há alguns anos devido à tenaz luta dos jovens em defesa do direito à educação.

Não podemos senão confirmar que nosso país se converteu em uma grande fazenda de um punhado de poderosos empresários e de multinacionais que fazem o que os vêm gana. Sob o pinochetismo todos eles se potenciaram e sob os governos chamados democráticos suas conquistas se mantêm e se incrementam, cada vez estão mais concentrados, são cada vez mais poderosos.

Eles são os donos do mar, liquidando uma de nossas maiores riquezas; são os donos das terras e da água!; são os donos da Cordilheira perfurando-a de minas para levar tudo o que podem às custas de sacrificar geleiras e contaminar os recursos; são os donos dos bosques, substituem por espécies que produzem mais rápido as madeiras que necessitam para exportar avassalando os direitos das comunidades originárias, produzindo danos ecológicos irreversíveis; os dinheiros da previdência social nas mãos das AFP se jogam a sorte da roleta das bolsas e dos negociados no mundo, enquanto os aposentados recebem uma miséria e vivemos em risco permanente de que esses recursos se esgotem; toda a economia está privatizada ao extremo que agora as possibilidades de educar-se ou tratar decentemente a saúde.

Hoje o Chile é um país mais oprimido do que nunca pelo imperialismo, é o conejito de índias de seus experimentos eco-

nômicos e exemplo que pedem as potências e o capital financeiro que se imite em outras latitudes, está integrado praticamente como uma colônia dos Estados Unidos, servil a todas às suas necessidades.

Estados Unidos organizaram e prepararam o golpe de Pinochet durante vários anos. Um golpe terrível contra o povo, contra suas conquistas, contra suas organizações sociais e políticas. Não foi um golpe somente contra um governo e um Presidente. O imperialismo, em geral e o ianque em primeiro lugar são responsáveis por aqueles golpe sangrento e a brutal repressão exercida durante tanto tempo, eles mantiveram o regime de Pinochet para poder aplicar a fundo sua política.

Continuamos pagando as consequências daquela derrota. Com sangue, com miséria, superexploração, destruição de nossos recursos e uma entrega sem limites. As organizações sindicais ficaram reduzidas a cascaras vazias, ao que se chama “sindicato por empresa” que é o mesmo de não ter sindicato. Os salários estão bem longe do que se necessita para viver dignamente, que é o custo de uma família.

Nos anos 70, chamamos a atenção do mundo porque nossas lutas eram um exemplo e porque o triunfo da Unidade Popular nos abria, segundo nos dizia, a possibilidade de construir o socialismo pela via pacífica, pela via constitucional, legalmente.

Foi uma ilusão trágica, um pesadelo cujos responsáveis são os partidos da UP e, em primeiro lugar, o Partido Comunista. Este balanço nunca podemos perder da memória. Assim como não poderemos perder de vista o papel do imperialismo opressor que executou o golpe, y que tem apossado completamente de nosso país, no podemos deixar de lembrar o papel que jogaram as direções políticas dos trabalhadores e a juventude, que as desarmaram, as desorganizaram e desmoralizaram para criar as condições da derrota. Eles chamaram a confiar nessa via pacífica, no socialismo “à chilena.”

E temos de ter presente este balanço porque esses mesmos atores continuam intervindo na política e hoje são fiadores dessa democracia mutilada que suportamos que não é outra coisa senão a perpetuação do essencial do regime que estabeleceu o pinochetismo. A Concertação garantiu essa continuidade, mais com a presença do PC. Não há democracia nem pode tê-la enquanto impera

a Constituição de Pinochet, enquanto o poder real segue nas mãos das multinacionais. Existe uma ditadura de um seleto número de famílias e empresas que são os que realmente decidem sobre a economia e a política. São eles que promovem o apolitismo da população para ter as mãos livres para fazer sua política.

Não há no mundo um só exemplo de que se possa começar a transformação socialista da sociedade sem acabar com a grande propriedade privada dos meios de produção, expropriando os grandes capitalistas e o imperialismo.

A organização que estamos construindo será a expressão consciente de todo esse processo histórico e ajudará a orientar as massas para sua independência política, superando décadas de traições, rompendo com as políticas pacifistas de conciliação de classes, de respeito à grande propriedade privada dos meios de produção.

Todos os oprimidos devem se levantar para acabar com a opressão imperialista, para libertar a Nação. Para que seja possível à classe operária jogar um papel de direção, ser a dirigente, e para que possa jogar esse papel necessita construir sua organização revolucionária, seu partido marxista-leninista-trotskista, seu programa. Para que o Chile possa sair de seu atraso libertando as forças produtivas, a condição número um é acabar com a grande propriedade privada dos meios de produção, que é o que perpetua o atraso. Para isso, é necessário conquistar o poder pela revolução proletária e constituir o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.

Vamos intervir nas próximas eleições chamando a votar pelo nosso programa, anulando o voto com nossa cédula. Diremos que para que possa haver democracia, verdadeira democracia temos de pôr fim à ditadura do capital, expulsando o imperialismo. Diremos que a Constituição pinochetista é a negação total da democracia e devemos derrubá-la. Que a direita e a Concertação são a continuidade do regime, todos se postulam como os melhores para garantir os negócios aos capitalistas. Levantaremos as bandeiras do socialismo, do comunismo,

dizendo que somente pela via da revolução social poderemos começar sua construção. Frente à integração aos Estados Unidos, que nos anexa como um apêndice, oporemos a unidade com os operários e os camponeses de toda a América Latina. Defendemos a constituição de uma frente única anti-imperialista, dirigida pelo proletariado. Lutamos sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Nossa jovem organização entende que para que a classe operária possa pôr em pé necessita recuperar todos os sindicatos, organizando-os por ramo, com a participação de todos os trabalhadores, para lutar pelo salário mínimo vital e móvel e contra toda forma de precarização do trabalho.

E também, que a intervenção na luta dos jovens deve ajudar a sua politização, a orientar na reivindicação da educação pública e gratuita a acabar com toda forma de negócio privado. A existência do negócio, do lucro, na educação conspira contra a existência da escola pública. Educação é sinônimo de conhecimento e não pode ter conhecimento se a escola não se desenvolva vinculada à produção social. Devemos acabar com todos os modelos de educação impostos pelo capital financeiro, precisamos conhecer para transformar a realidade, para pôr todos os recursos, materiais e humanos, a serviço da grande maioria da população.

A tarefa de pôr em pé o partido revolucionário é uma tarefa das mais duras, mas é impostergável, necessária, e urgente. Colocaremos todas nossas energias nessa tarefa e chamamos a vanguarda a somar-se a preparar-se para tomar em suas mãos esta obra, a encarnar nossas melhores tradições e experiências, a transformá-las em consciência política, de classe, revolucionária. São necessários os esforços dos mais abnegados lutadores, as melhores cabeças, as mais lúcidas. Nosso partido se integra ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional como parte de um mesmo processo de estruturar a direção revolucionária em escala internacional.

¡Viva a revolução e ditadura proletárias!

Vice norte-americano Joe Biden visita Dilma: Governo do PT/PMDB aceita imposições do imperialismo ianque para sacrificar a economia brasileira e ajudar EUA a se reerguer em meio a crise

Neste 31 de maio, o vice presidente dos EUA, Joe Biden, esteve em Brasília para um encontro com a presidente Dilma. Antes, reuniu-se no Rio de Janeiro com o governador Sérgio Cabral e discursou demagogicamente sobre as instituições democráticas brasileiras e o papel importante do país no cenário internacional. A real missão do representante de Obama, deixando de lado a hipocrisia da retórica sobre a amizade entre as nações, é assegurar a submissão da economia brasileira e a abertura do pré-sal para as companhias norte americanas. Os EUA, desde 2008, numa série de medidas econômicas, que começaram com o afrouxamento quantitativo do FED (emissão de 1,7 trilhões de dólares no mercado mundial apenas entre 2008 e 2010!) empurram a interminável crise econômica rumo às nações semicoloniais. A desvalorização artificial do dólar, com a enxurrada de papel-moeda emitido pelo Tesouro americano (medida que também a União Européia vem adotando com o Euro, a China há muito aplicava com o Yuan), permite uma ofensiva norte americana para retomar suas exportações e ao mesmo tempo impor o retrocesso e a desintegração às

frágeis economias da América Latina e África. A desvalorização do dólar e a valorização do real, acompanhada de medidas protecionistas por parte do governo dos EUA e subsídios a produtores locais, praticamente derrubaram as exportações brasileiras, que só em 2012 despencaram 30%. O Brasil vem amargando déficit nas transações correntes e tornando-se cada vez mais dependente da entrada de capitais externos. Os EUA facilitaram até mesmo a liberação de vistos para entrada de turistas brasileiros que gastaram em 2012 mais de 20 bilhões de dólares em viagens internacionais. Os EUA, que já foram o principal parceiro comercial do país sendo desbancados pela China, pretendem retomar a posição. Em setembro de 2012, o comércio bilateral Brasil-EUA (que já assegura hoje superávit aos EUA em mais de US\$ 4 bilhões) foi agilizado por meio de acordo assinado entre o ministro da fazenda Guido Mantega e a secretária de Segurança Interna dos EUA, Janet Napolitano.

A visita de Joe Biden, preparando o encontro em Dilma e Obama em outubro, que certamente redundará em novos e submissos acordos, tem como tarefa aprofundar esta

diretriz. Exige que o governo flexibilize a exploração do Pré-Sal e abra o canal para a atuação das poderosas companhias como a ExxonMobil etc, que ele chama de 'parceria no campo energético'. Ao mesmo tempo faz lobby para que o governo assine, o quanto antes, o acordo de fornecimento dos caças F18 Super Hornet, com a Boeing, num negócio de nada menos que US\$ 4 bilhões que deixaria de lado a concorrente do imperialismo francês, Dassault, e a sueca, Saab. Provavelmente deve ter lembrado a Dilma sua obrigação em retribuir ao acordo entre a USAF e Embraer que permitiu a compra de supertucanos da empresa brasileira (a serem usados no Afeganistão), num negócio de US\$ 400 milhões.

A burguesia e seus governos assistem passivos à queda do PIB, à deterioração dos indicadores econômicos, ao colapso das exportações, em suma, ao esforço do monstro imperialista em transferir parte da crise para o Brasil. Por sua formação histórica e sua natureza oligárquica, a burguesia brasileira

é incapaz de se contrapor ao saque imperialista e assegurar a independência nacional. Essa tarefa, desde há muito, cabe ao proletariado que liderará a rebelião da nação oprimida. O governo Dilma/PT/PMDB mostrou-se tão submisso aos ditames forâneos como os demais governos burgueses. Protege e protegerá os interesses da grande burguesia nacional e internacional e as massas suportarão o peso da desagregação econômica e do colapso financeiro que já aparece no horizonte. Os explorados precisam reagir com luta e organização. Eles têm como tarefa lutar pela expulsão do imperialismo, expropriar os monopólios, empunhar o programa da estatização dos bancos, das empresas estratégicas, dos portos, aeroportos, ferrovias, etc., combater a crise com os métodos próprios dos explorados (greves, bloqueios, manifestações) e construir o partido da revolução proletária, o POR. Apenas por essa via o proletariado e demais oprimidos porão fim à opressão nacional e social.

Recessão é confirmada na Europa: necessidade da política revolucionária

Dados do 1º trimestre de 2013

Divulgados os dados do PIB do 1º trimestre, não há mais economista que reforce a tese de que 2013 será o ano de recuperação econômica no mundo e de melhora, sobretudo, na zona do Euro.

Entre os dez maiores economias do mundo, quatro estão na Europa (Alemanha, França, Reino Unido e Itália). Todas com tendências recessivas manifestas ou em vias de se manifestar em números (Alemanha e Reino Unido com crescimento de 0,1% e 0,3%, respectivamente; França e Itália com contração de -0,2% e -0,5%). O resultado, porém, das outras seis maiores economias também ficou aquém das projeções dos organismos internacionais; apenas China e Rússia tiveram um crescimento superior a 1% no primeiro trimestre de 2013 (1,6% em relação ao quarto trimestre de 2012).

Em comparação com o primeiro trimestre de 2012, os piores dados ficam com a União Europeia (-0,4%), particularmente, com a zona do Euro (-0,8%). França, que é a quinta maior economia do mundo, registra queda de -0,8%; Itália e Espanha (9º e 13º economias mundiais) tiveram queda de -2%. Outros países da região, em crise, tiveram também resultados negativos como Portugal (-3,9%), Grécia (-5,3%) e Chipre (-4,3%) em comparação com o mesmo período do ano passado.

A importância desses números está em revelar que as tendências recessivas não foram debeladas; ao contrário, aprofundam-se, mantendo o setor produtivo em queda, com a destruição de postos de trabalho, preservando, assim, as bases sociais para a política de austeridade – ainda que alguns governos levantem a necessidade de alterá-la, como sugeriu o governo francês em discurso.

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), divulgado em 04 de junho, a produção industrial caiu na maioria dos países da Europa em comparação com o trimestre anterior: na Alemanha

(-1,7%), na França (-4,2%), na Itália (-4,5%), no Reino Unido (-2,1%) e na Rússia (-3,1%). Vê-se, portanto, que o pequeno crescimento de algumas economias ainda está ligado ao setor de serviço, ao mercado interno (caso da Rússia, por exemplo) e não é possível prognosticar que haverá manutenção dos dados positivos.

Em Portugal, o desemprego passou de 17,3% para 17,7% da população economicamente ativa (cerca de 950 mil desempregados) – o pior resultado da região no período. Em alguns casos, como a Espanha, o desemprego recuou no primeiro trimestre, mas o resultado é explicado pelo fluxo de imigração que aumentou, com jovens indo para outros países, como França. Itália registrou um índice recorde de 12%, o maior nos últimos 36 anos. Grécia e Espanha ainda estão no topo da lista com mais de 25% da população desempregada (Espanha com um número de mais de 6 milhões de pessoas nessa situação). Na zona do euro, a taxa passou de 12,1% para 12,2%. Há aumento também de desempregados de longa duração (mais de um ano, desocupados), com aumento de jovens com até 25 anos nessa situação. Atualmente, cerca de 5,5 milhões de jovens na União Europeia encontram-se desempregados. Com uma projeção para 2013 de encolhimento de 0,6% da Zona do Euro (conforme OCDE), é certo que o desemprego crescerá nos próximos trimestres.

Necessidade de luta das massas

Diante desse quadro, era esperado que ganhassem força as manifestações contra a política dos governos, contra os organismos imperialistas e a favor das reivindicações em defesa do salário e do emprego, entretanto, a manifestação continental de 1º de junho demonstrou um desgaste das paralisações e atos organizados pelas esquerdas e centrais sindicais.

Como em outras manifestações continentais, houve milhares de pessoas nas ruas das principais cidades da Europa. Na Alemanha, na França, em Portugal e na Espanha, dezenas de

milhares de manifestantes foram protestar em frente a bancos e a instituições financeiras. As bandeiras contra a troika, contra a política de austeridade e “demissão” dos governos de plan-tão voltaram a serem defendidas. Constatou-se, porém, uma adesão menor em todos os atos, com menos participantes. O maior indício do desgaste dessas atividades pôde ser verificado na Grécia, onde apenas algumas centenas de manifestantes se mobilizaram e não houve choques com a polícia, como tem sido comum no país. Tendo estado à frente das maiores e mais radicalizadas manifestações de todo continente, o enfraquecimento da ação na Grécia demonstra a incapacidade dessa política avançar.

Sustentada pelas burocracias sindicais e pelos partidos pequeno-burgueses, a política de manifestações isoladas, de paralisações parciais e por tempo determinado constitui o maior obstáculo para o real enfrentamento aos governos burgueses e à política imposta pelos organismos imperialistas. Tendo surgido e se desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos, as grandes manifestações europeias expressa-

ram imediatamente o descontentamento das massas diante dos ataques aos direitos sociais, diante do aumento do desemprego e aumento da pobreza. Porque não puderam ser o prelúdio para ações mais radicalizadas e para o desenvolvimento de uma política proletária, apenas esboçada em situações isoladas como a paralisação das refinarias na França em 2010 e as greves portuárias na Grécia, as paralisações e os atos em cada um dos países europeus foram mostrando sua impotência, dirigidos pela política de pressão institucional – logo, burguesa.

A defesa das reivindicações mais sentidas das massas e dos métodos da ação direta, sobretudo, a greve por tempo indeterminado, a paralisação da produção e a ocupação das empresas que demitem, é o único meio de canalizar o instinto de revolta das massas para uma política proletária, que sirva para organizar a vanguarda em torno da tarefa de superar a crise de direção e avançar para a construção dos partidos revolucionários em toda a Europa, como forma de dar uma resposta à crise capitalista ainda em curso.

Bolívia

Traidores da COB são os mesmos burocratas fundadores do P.T.

Camilo OH

As massas trabalhadoras não devem esquecer que os burocratas da COB, traidores da luta pela aposentadoria de 100%, são os mesmos que fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT), desesperados para ter currais. Mas a maturidade política dos trabalhadores lhes disse NÃO!

Confirmou-se que a direção burocrática da COB e seus agentes do Governo, mais os encarapitados de algumas confederações, cumprem o papel miserável traindo a luta pela adequada aposentadoria e o grande esforço de suas bases. Já o fizeram antes, aceitando um reajuste miserável de 8% e continuarão fazendo no futuro se não forem expulsos.

No novo conflito pela aposentadoria, a maioria dos dirigentes – tanto os da COB, os de nível médio e de federações como a do magistério urbano de Santa Cruz – nem sequer manejavam dados atualizados, se apresentaram sem armas teóricas, além do mais, fazendo passar vergonha alheia diante dos meios de comunicação, inventando números, muitas vezes sem argumentos, mas figurando como os grandes líderes da luta.

Estes são o “protótipo” de dirigentes que temos, cuja estupidéz está em acomodar-se na política antioperária do Governo, estendendo-lhe a cama a seus chefes do Palácio, e fazendo de ouvidos surdos à bandeira dos trabalhadores de aposentadoria de 100%.

Muitos desses dirigentes desmobilizadores, que capitulam diante do Governo às costas dos trabalhadores, são aqueles que há dois meses se reuniram em Huanuni para fundar o Partido dos Trabalhadores (PT). Os sem-vergonhas procuraram arrastar alguns incautos para lhes servirem de escada e garantirem um curral nas próximas eleições.

Mas a maturidade da maioria dos trabalhadores se fez de surdo a este chamado da burocracia para conformar o dito

partido e se retiraram, ficando os burocratas sozinhos e sem resposta, mas, para ser justo, houve alguma resposta: a de cinco desprezíveis reformistas, chegados do exterior que se reivindicam trotskistas, muito entusiastas e discursadores, que acreditavam ter chegado nesse dia sete, de domingo, o grande dia, automeando-se assessores destes mal chamados líderes da COB. Agentes do Governo, que agora traíram suas bases.

Estes assessores, até há algumas semanas, acusavam o POR de traição por apoiar a tropa policial, que reivindicava o seu acordo não cumprido de aposentadoria de 100%, pedido mínimo para uma miserável polícia. Os lunáticos, que vivem em outra realidade, acreditam que a camada baixa da polícia é bem remunerada pelo Estado, que não tem família e, ainda mais, pensam que é uma elite repressora impossível de se elevar para as ideias revolucionárias, quando é o contrário.

Os seguros pseudo-revolucionários continuarão trincheirados com a burocracia traidora que coordena com o Governo Evo, tratando de enganar os trabalhadores com seu PT. Mas será em vão. De novo a história mostra que a estratégia proletária – as Teses de Pulacayo – está enraizada nos trabalhadores mineiros e que ninguém deste partido, estando na sua direção estes traidores burocratas e pseudotrotskistas, confundirá seu caminho.

Ditadura Proletária, instauração do governo Operário-Camponês!

Morram os traidores burocratas!

Abaixo o engano eleitoral!

Viva a ditadura proletária!

(Extraído do Jornal Massas, nº 2312, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

O trotskismo se fortalece no presente processo político

Na última grande mobilização e na vitória de Oruro, a Corrente Revolucionária é levada à direção

O governo do MAS chegou ao ponto culminante de sua direitização e se choca brutalmente com as massas mobilizadas. Todas as correntes reformistas e oportunistas se afundam com o governo. A único que fica com as massas em combate é a corrente revolucionária, encarnada pelo POR e suas organizações paralelas. Chegou a hora de seu fortalecimento político e organizativo.

A presente situação política pela qual as massas estão passando é consequência de todo um processo social anterior, contraditório e persistente. A partir do qual foram surgindo novos fatores, que hoje impulsionam a mobilização no sentido da superação definitiva do obstáculo que representa o MAS para o desenvolvimento de sua consciência. Os fatos estão confirmando quase milimetricamente o que o POR antecipou, desde o início, sobre o caminho que estava condenado a percorrer o MAS e seu governo, porque compreendeu o desenvolvimento das leis internas do processo social, particularmente as vividas na Bolívia com a experiência do nacionalismo de conteúdo burguês.

Partimos da premissa de que já não é possível um desenvolvimento harmônico do país no marco do capitalismo e que todo intento nesse sentido, como o que está fazendo o MAS com a teoria da “economia plural” (de respeito à propriedade privada juntamente com outras formas de propriedade), está condenada a fracassar e a acabar subordinando-se ao imperialismo e à classe dominante nativa. É o que precisamente está ocorrendo agora e, no seu intento de defender a propriedade privada, choca-se violentamente contra os que exigem pão, trabalho, saúde, educação, etc. Trata-se de um governo que definitivamente se desmascara como servente da classe dominante e das multinacionais ainda que, de quando em quando, tenha roces contra o imperialismo para efeitos publicitários e eleitorais.

O governo, em seu processo de direitização, chegou ao ponto de utilizar a violência para conter a fúria dos descontentes, tudo com a finalidade de cuidar do bolso dos patrões e dos cofres do Estado burguês, condenar a uma existência miserável as maiorias mais oprimidas do país. O que tem de diferente este governo de seus antecessores abertamente reacionários e confesos serventes do capital? Nada.

Junto à queda política do governo, se desmoronam todos os reformistas que subiram entusiasmados no carro do MAS, esperançosos de que lhes chegou a hora de provar as esfarapadas e reacionárias teorias colaboracionistas com as supostas burguesias “patriotas e antiimperialistas” e a possibilidade de

estruturar um Estado “popular e democrático”, prévio à ditadura do proletariado. Todos eles caíram como moscas no leite, tentados pelas bondades do manejo do Estado e se dedicaram a mamar avidamente tudo o que o manejo do poder lhes podia dar. Agora, estão comprometidos até os miolos com o governo repressor e, todos os dias, são combatidos pela mobilização nas direções sindicais que ainda controlam. As massas os identificam como vulgares agentes do governo impostor, tendo de suportar estoicamente os golpes que estas lhes desfecham.

No campo da oposição revolucionária, só está o trotskismo com um programa e um diagnóstico correto da situação política. Seu acerto é dar as respostas precisas a todos os problemas que levantam as massas e que são rapidamente assimilados por elas. Deu uma resposta correta ao problema dos soldos e dos salários, das aposentadorias, da educação, da terra, etc. Nos setores que está presente política e organicamente, é direção de maneira natural. Apesar da enorme campanha desencadeada pelo oficialismo, da classe dominante e dos corifeus reformistas, tem saído fortalecido das últimas jornadas que os explorados protagonizaram. Encarna com naturalidade as aspirações e as necessidades dos combatentes.

A última vitória da URMA em Oruro, perante a aliança de todos os reformistas com o oficialismo, não é outra coisa senão a confirmação do fortalecimento político do POR no seio das massas. De nada tem servido o uso de imensos recursos materiais e financeiros que tem posto o governo nas mãos de seus lacaios, a pressão sistemática das autoridades, a massiva campanha publicitária e a guerra suja dos agentes oficialistas. As bases do magistério de Oruro votaram firmemente pela única posição que lhes resta como garantia de firmeza e consequente na luta.

Está nas mãos da organização revolucionária penetrar nos diferentes setores sociais e, particularmente, no seio do proletariado (mineiro e fabril). A possibilidade da transformação radical do país depende de que o proletariado, com

seu partido, se converta na direção política da nação oprimida.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2313, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

